REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2023-2043

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

Governo de Moçambique

Edição:

Ministério da Economia e Finanças

Coordenação: Ministério da Economia e Finanças

Redacção:

Colaboração: Ministérios sectoriais, Provincias, Secretárias do Estado, Parceiros de Cooperação

Periodicidade:

Endereço:

Ministério da Economia e Finanças
Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento
Av. Julius Nyerere Nº 449, 15º Andar.
Tel: +258 823058247
Maputo-Moçambique

Índice

Índice de tabelas 4
ÍNDICE DE GRÁFICOS 4
Agradecimentos 5
Abreviaturas e acrónimos 6
Sumário executivo 7
I. Introdução 9
II. Análise do Diagnóstico 11
2.1 Análise da Situação Actual 11
2.2 Análise FOFA 26
2.3 Desafios 28
2.4 Pré-Condições 28
III. Estratégia NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2023-2043 30
3.1. Missão 30
3.2. Visão 30
3.3. Valores 31
3.4. Princípios 32
IV. Modelo de Desenvolvimento Nacional e Cenários Macroeconómicos 33
4.1 Modelo de Desenvolvimento 33
4.2 Cenários Macroeconómicos 38
V. Objectivos e Pilares de Implementação da ENDE 49
5.1 Objectivo Central 49
5.2 Objectivos Específicos 49
5.3 Pilares de Implementação da Estratégia 50
VI. Mecanismo De Implementação 75
4.1 Operacionalização 75
4.2 Órgãos e Responsabilidades 76
4.3 Financiamento ao desenvolvimento 80
4.4 Monitoria e Avaliação 82

VII. Matriz de Indicadores de Desenvolvimento Nacional (2023-2043)PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA 83
Anexo 4. Resultados do Cenários 90
Anexo 5. Glosário 94

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (1998-2022) 12
Tabela 2: Evolução Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector 13
Tabela 3: Evolução dos Indicadores Sociais 16
Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial 22
Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)..... 24

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (USD)..... 14
Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento..... 33
Gráfico 3: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%)..... 48
Gráfico 4: Pilares de Implementação da ENDE 2023-2043 50
Gráfico 5: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e orçamentação 75
Gráfico 6: Orgãos e responsabilidades 77

AGRADECIMENTOS

O Governo de Moçambique expressa a sua profunda gratidão a todas as pessoas e organizações que contribuiram para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Este documento é resultado de um esforço conjunto de muitas pessoas e entidades, que dedicaram o seu tempo, conhecimento e habilidades para construir uma visão de longo prazo compartilhada e uma estratégia abragente para o desenvolvimento sustetável de Moçambique.

Em primeiro lugar, agradecemos aos líderes do país e aos membros do governo por seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e por fornecer um ambiente propício para a elaboração desta estratégia. Também gostariamos de agradecer aos representantes do sector privado, parceiros de cooperação, academia, sociedade civil, comunidades locais, jovens e adolescentes que participaram activamente no processo de consulta e diálogo, compartilhando suas experiências, perspectivas e ideias.

Gostariamos de agradecer especialmente à equipe de coordenação da estratégia, que trabalhou incansavelmente para garantir que todo o processo fosse conduzido de forma eficiente e eficaz, e que a estratégia fosse elaborada de acordo com os padrões internacionaos e melhores práticas. Agradecemos também a todos os especialistas e consultores que contribuíram, com as suas habilidades técnicas e conhecimentos especializados em diversas áreas temáticas.

Finalmente, agradecer a todas as pessoas que dedicaram seu tempo e esforço para rever e comentar as diferentes versões da estratégia, fornecendo percepções valiosas e sugestões que ajudaram a melhorar o documento. Sua contribuição foi fundamental para garantir que a estratégia reflita as aspirações e necessidades de todos os sectores da sociedade.

Mais uma vez, o governo de Moçambique agradece sinceramente a todos e recenhece a importância de seu trabalho e esforço em tornar possível a elaboração desta Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ES1	Ensino primário
ES2	Ensino Secundário
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Activa
PNUD	Programa das Nações Unidas
PEE	Plano Estratégico da Educação
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SPO	Sistema de Planificação e Orçamentação
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
WGI	Indicadores Mundiais de Governação
USD	DólarNorte-americano

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) de Moçambique é um instrumento de planificação que define as directrizes estratégicas para o crescimento económico e o desenvolvimento social sustentável, por um período de 20 anos.

A ENDE foi desenvolvida com base em pesquisa, consultas a diferentes actores de desenvolvimento e revisão de políticas e estratégias anteriores. Este instrumento foi projectado para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades em um mundo cada vez mais competitivo e globalizado. Além disso, ele é flexível e adaptável, de modo que possa ser ajustado conforme necessário à medida que as condições se alterarem.

Os objectivos da ENDE incluem melhorar a infraestrutura do país, aumentar a produtividade e competitividade, promover a diversificação económica, promover o acesso aos serviços básicos, promover a inclusão social e fortalecer a governação e a transparência, bem como a sustentabilidade ambiental. Assim, pretende-se elevar a capacidade produtiva do país e as condições de vida da população, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

Para alcançar esses objectivos, a ENDE está estruturada em cinco (5) pilares principais: (1) Transformação Estrutural da Economia; (2) Transformação Social e Demográfica; (3) Infraestruturas; (4) Governação; e (5) Ambiente e economia circular. Cada pilar possui objectivos estratégicos, indicadores de resultado e metas para o período de 2023-2043.

Entre as principais metas estabelecidas pela ENDE até 2043, abaixo resume algumas principais:

- ✓ Taxa média anual de crescimento do PIB real excluindo LNG, aumentar para 11.9%;
- ✓ Taxa de rendimento médio per capita excluindo LNG, aumentar para USD3,246.1.
- ✓ Proporção da população que vive abaixo da linha de pobreza nacional, reduzir para 35.8%;
- ✓ Taxa de analfabetismo, reduzir para 14.4%;
- ✓ Esperança de vida (anos de nascença), aumentar para 69.5 anos;
- ✓ Acesso a energia elétrica, aumentar para 59.5%.
- ✓ Controle da corrupção (pontos 0 à 100), aumentar para 51.5 pontos;

- ✓ Investimento directo estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB, incrementar para 78.6.
- ✓ Índice de Desempenho Ambiental, (pontos de 0 à 100), aumentar para 61 pontos.

A implementação da ENDE requer a articulação e coordenação de diversos actores públicos, privados, nacionais, internacionais, que participam das diferentes fases do ciclo de gestão de projectos: planificação, execução, monitoria e avaliação. Para isso, a ENDE conta com um sistema integrado de gestão que permite acompanhar o progresso das acções e iniciativas, verificar o cumprimento da metas e avaliar os resultados alcançados. O sistema também facilita a comunicação, a transparência e a prestação de contas aos diferentes públicos interessados.

A estratégia nacional de Desenvolvimento é um instrumento ambicioso que visa transformar o país, em uma economia moderna, competitiva e sustentável. Para implementar a ENDE, será necessário o envolvimento activo de todas as partes interessadas, incluindo o governo, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação e academia. O sucesso dependerá de um compromisso político forte, da mobilização de recursos financeiros e humanos significativos e da avaliação regular do progresso.

I. INTRODUÇÃO

Moçambique está a vivenciar um momento económico promissor com a descoberta e exploração de recursos naturais de grande valor comercial, com destaque para o gás. A exploração destes recursos poderá permitir ao país a realização de importantes transformações económicas, sociais, políticas e ambientais com impactos positivos na vida dos cidadãos.

Apesar do potêncial económico e dos recursos naturais abundantes, o país enfrenta grandes desafios, como a economia pouco diversificada altamente dependente do sector primário (agrário, mineiro e extrativo), capital humano pouco desenvolvido, desemprego, pobreza e desigualdades, crescimento acelerado da população e o acesso limitado aos serviços básicos (como educação, saúde, água e saneamento), infraestruturas insuficientes e inadequadas, corrupção, instabilidade política e violência armada no norte do país e resiliência climática a vulnerabilidades e desastres naturais.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2023-2043 tem como objectivo principal promover um desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, que garanta a diversificação da economia, a geração de empregos decentes, a melhoria da infraestrutura, a redução da pobreza e desigualdade, a protecção ambiental, a equidade social e regional, a promoção dos direitos humanos e da paz, ao mesmo tempo em que eleva a capaciadade produtiva do país e as condições de vida da população, reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

A elaboração da ENDE baseia-se nas prioridades do governo, na necessidade de estabelecer uma visão de longo prazo para o desenvolvimento do país. Por um lado responder aos desafios estruturais e conjunturais, e por outro conformar as questões legais relativas à Lei do SISTAFE nº 14/2020 de 23 de Dezembro, (que consagra a estratégia nacional como instrumento de referência para orientar o processo de planificação e desenvolvimento nacional), e ao ajustamento do pacote de descentralização em curso no país. A estratégia esta igualmente alinhada aos compromissos internacionais e regionais como Agenda 2030 das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento sustentável, e Agenda da União Africana (UA) 2063.

A ENDE seguiu, na sua elaboração, uma abordagem participativa, com um processo consultivo nacional aos actores de desenvolvimento, envolvendo o *sector* público, sector privado, sociedade civil, parceiros de cooperação, academia, jovens e adolescentes. Foram realizadas análise de dados e estudos sectoriais para embassar as decisões estratégicas.

A presente estratégia constitui a base para todo o processo de planificação e sua implementação materializar-se-à através de outros instrumentos de planificação e orçamentação que lhe precedem, designadamente: (a) os planos Estratégias Sectoriais e Territoriais; (b) o Programa Quinquenal do Governo (PGQ); (c) o Plano Quinquenal (PQ); (d) o Cenário Fiscal de Médio Prazo; e o (e) Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2023-2043, esta organizada em (4) quatro capítulos (i) Contexto e objectivos, (ii) Análise do diagnóstico, (iii) Directrizes estratégica, (iv) Mecanismos de implementação da ENDE. Cada capítulo é composto por diversas secções que apresentam as informações e análises relevantes.

II. ANÁLISE DO DIAGNÓSTICO

O presente diagnóstico tem como objetivo fornecer uma visão abrangente do desempenho actual de Moçambique nos aspectos econômico, social, governança e ambiente. Essa análise holística é essencial para embasar o desenvolvimento de estratégias integradas que promovam o crescimento econômico sustentável, inclusão social, boa governança e proteção ambiental.

2.1 Análise da Situação Actual

Contexto Económico

Moçambique registrou um crescimento económico robusto ao longo dos anos, com uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 7% ao ano na última década, conforme pode-se verificar na tabela 1 abaixo. No entanto, o país também enfrentou desacelerações periódicas devido a fatores como instabilidade política, eventos climáticos extremos e o impacto da pandemia de COVID-19.

Os setores agrário, extrativo, manufatura e serviços com destaque para o turismo têm se mostrado como pilares importantes da economia. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados para que o país possa alcançar um crescimento sustentável e inclusivo de longo prazo, como a diversificação da economia para além dos sectores dos recursos naturais, a melhoria do ambiente de negócios, fortalecimeno da governação e melhoria da produtividade e competitividade da economia.

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (2003-2022)

Indicadores	**2003**	**2009**	**2014**	**2015**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022***
PIB nominal (Milhões de MT)	149,909	327,866	526,495	598,294	956,786	974,649	1,032,825	1,181,845
PIB real (Milhões de MT)	253,929	394,043	555,447	592,792	675,762	667,425	683,203	707,951
PIB per capita	331	542,7	703,7	611,6	521,7	470,8	511,7	557,3
Taxa de crescimento real (%)	6,5	6,5	7,4	6,6	2,3	-1.2	2,3	4.15
Taxa de Desemprego				20,7		17,5		
Inflacão média anual (%)	11,5	12,7	2,6	3,6	2,8	3,1	6,4	10,3
Taxa câmbio médio anual (%)	23,8	27,8	31,5	40,5	63	69,5	65,5	63,85
Exportação excluindo mega projectos (em % do PIB)	1,504	3,759	8,9	9,5	9,9	7,7	9,8	8,2
Importação excluindo megaprojectos (em % do PIB)	1,648	4,466	38,7	45,8	38,3	36,4	44,6	31,1
Balança comercial excluindo megaprojectos (em % do PIB)	-29,8	-29.8	-29.8	-36,3	-28,4	-32,3	-28,9	-23,9
Investimento directo estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB	5	8	25	25	22	22	32	10
Saldo Primario	-1,5	-2,7	-8,6	-1,8	3,7	-1,2	-3,4	-2.4

Fonte: MEF, INE e BM, 2022

Evolução da Estrutura Económica e Emprego

A estrutura produtiva do país apresenta poucas alterações na sua composição, sendo dominada pelo sector primário (*produção agrícola, pesqueira e mineira*) caracterizado pelo baixo nível de produtividade e contribuindo em média com 28,7% para o PIB entre 2000-2022. O baixo rendimento deste sector deve-se, sobretudo: (i) ao baixo nível de acesso uso de insumos melhorados; (ii) fraca adopção de tecnologias e sua limitada transferência; (iii) limitada disponibilidade de serviços agrícolas; (iv) limitada infra-estrutura de produção e de transportes (v) elevada sazonalidade; (vi) capacidade limitada de agro-processamento; e (vii) crescente vulnerabilidade climática com efeitos no rendimento agrícola e segurança alimentar. Não obstante, o sector terciário (serviços) registou um crescimento considerável ao longo dos últimos anos, tendo contribuído com pouco mais de 57% para o PIB, onde se destacam o comércio e outras actividades informais.

O sector secundário (indústria) permanece pouco desenvolvido, e caracterizado por baixo desempenho da indústria transformadora e crescente domínio da indústria extractiva. O subsector extractivo apresenta uma forte dependência nos megaprojectos que não criam oportunidades de emprego para muitos moçambicanos, sendo que a maior parte da população activa continua no sector agrícola (76%). A sua contribuição no PIB variou para uma média 18%. O desempenho do sector tem sido influênciado por factores como: (i) infra-estruturas; (ii) clima de investimentos (ambiente de negócios); (iii) elevados custos de investimento (créditos em moeda local 25%); e (iv) atraso tecnológico; e (v) baixo nível de qualificação da mão-de-obra. A tabela 2 apresenta a evolução da estrutura económica e proporção de empregos por sector.

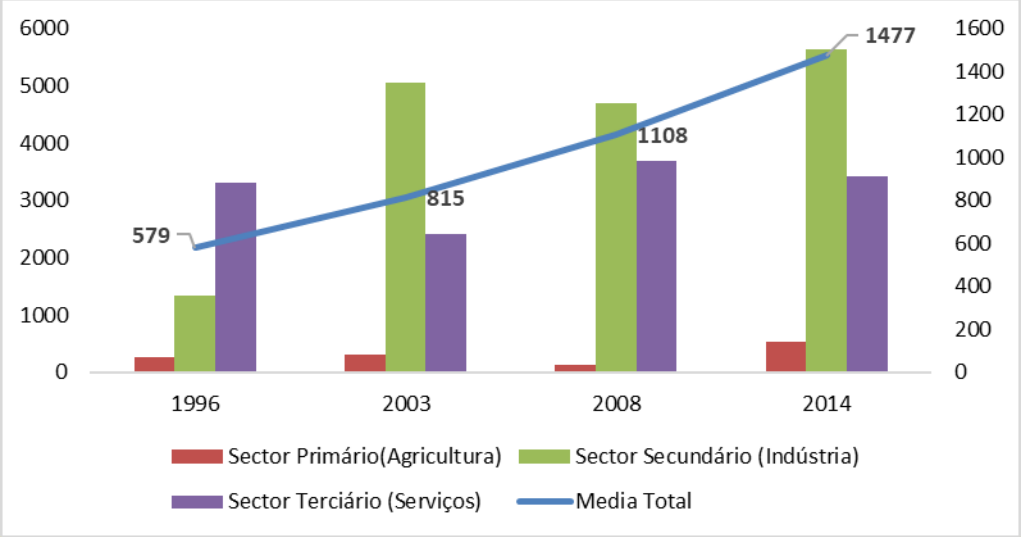
Tabela 2: Evolução Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector

Indicador	**2000**	**2003**	**2009**	**2014**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
Proporção de sector no PIB								
Sector primário (agricultura)	39.7%	32.8%	31.5%	26.8%	25.9%	24.1%	24.4%	24.5%
Sector secundário (indústria)	9.3%	19.6%	20.1%	19.4%	21.6%	18.3%	18.1%	18.1%
Sector terciário (serviços)	51.0%	47.6%	48.4%	53.8%	52.5%	57.6%	57.4%	57.4%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
Empregos por sector								
Sector primário (agricultura)	87%	81%	80%	71%	70%	76%	76%	76%
Sector secundário (indústria)	4%	3%	5%	5%	9%	5%	5%	5%
Sector terciário (serviços)	9%	16%	15%	24%	21%	19%	19%	19%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Produtividade

A produtividade laboral é relativamente baixa em Moçambique. Contudo, entre os três sectores, foi significativamente maior no sector da indústria, sobretudo no sector mineiro. O sector de serviços registou também melhorias na produtividade, embora com tendência de estabilização ao longo do tempo. Apesar de algumas melhorias, sobretudo no início da presente década, o sector primário tem estado a baixar no nível médio de produtividade nos últimos anos.

Gráfico 1: Produtividade laboral média por sector (USD)



Fonte: Banco Mundial, Jobs Cross-Cutting Solutions Área data para Moçambique

Contexto social e demográfico

No que diz respeito aos aspectos sociais, Moçambique enfrenta desafios significativos. A taxa de pobreza ainda é alta, com grande parte da população vivendo abaixo da linha de pobreza. O acesso à educação, saúde e serviços básicos é limitado, especialmente nas áreas rurais. A desigualdade de renda também persiste como um problema, afetando negativamente a coesão social.

A situação social em Moçambique registou progressos, entre 2000 e 2022, com destaque em áreas de educação, energia, emprego (IOF 2019/20). No entanto, caracateriza-se, ainda, por desafios persistentes como o acesso aos serviços básicos, pobreza, desigualdades e vulnerabilidade a choques e crises.

No ranking mundial, Moçambique continua na lista dos países menos desenvolvidos, ocupando a posição 185 em 191 países analisados em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2021. O país apresentou um IDH de 0.446 que o coloca abaixo do valor médio (0.518) do grupo de países de baixo desenvolvimento humano e, abaixo do valor médio do IDH (0.547) da África Subsaariana (PNUD, 2021). Uma das dimensões mais distintivas dos desafios de desenvolvimento de Moçambique é o elevado nível de desnutrição crónica, cuja taxa se mantém elevada, acima de 35%, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 3: Evolução dos Indicadores Sociais

	INDICADOR	2000	2003	2009	2015	2020	2022
População	Indice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0,310	0,340	0,390	0,430	0,456	0,446
	Taxa de crescimento da população	2,4	2,4	2,8	2,7	2,5	2,5
	Desigualdade (GINI)		0,42	0,42	0,47	0,51	0,51
	Incidência da Pobreza medida (Po) a nivel Nacional (%)		52,8	51,7	46,1	68,2	68,2
	Indice da Pobreza Multidimensional %		66,0	59,0	45,0	53,0	53,0
Saúde	Esperança de vida à nascença (anos)	44,3	46,3	51,7	53,8	54,9	55,7
	Prevalência média nacional da desnutrição crónica em crianças abaixo dos 5 anos (%)		41	42,6	43,3	38	38
	Prevalência média nacional da desnutrição aguda em criancas abaixo dos 5 anos (%)		4	5,9	3,5	15,5	4,5
	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	130,4	115,9	89,9	79,2	67,4	65,1
	Taxa de mortalidade maternal por 100 mil nascidos vivos		657	439	318	289	
	Prevalência de HIV de 15 aos 49 anos (%)	12,2		11,5	13,2	12,5	12,6
	Taxa de prevalência de contraceptivos modernos, em todas as mulheres em idade fértil (15-49A)		18,2	11,3	25	34,3	34,3
Educação	Taxa de Alfabetização de 15+ anos e mais	56,7	53,6	67	44,9	39,9	39,9
	Taxa de conclusão ensino primario ambos sexos	16,27		53	37	48	49,6
	Taxa de conclusao ensino secundario ambos sexos	10,9			16,4	30,75	29,75
	Media de anos de escolaridade				3,2	3,5	3,5
	Taxa líquida de escolarização ensino primário				115,9	109	112,8
	Taxa líquida de escolarização ensino secundário				13,5	43,7	43,4
	Taxa bruta de escolarização do ensino técnico e profissional				1,3	1,6	1,2
	Rácio aluno por professor ensino primario				62,7	67,2	58,4
	Rácio aluno por professor ensino secundário				60	68	62,4
Segurança/ Estatisticas criminais	Taxa de HOMICIDIOS cada 1000 habitantes		5,4	4			
	Taxa de Crimes contra Ordem e Tranquilidade Publica %						
	Estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo	40,7	52,3	68,7	27,6	10,8	11,3
	Controle da Corrupção	37,2	32,8	40,7	22,1	25	22,6
Habitação	Percentagem da População usando servicos de saneamento basico %	11	13	20	27		
	Proporção da população com serviços de abastecimento de àgua proveniente de fonte segura	19	21	37,2	58,6	56,8	
	Acesso da energia população %	6,1	8,1	15	24	31	
	Acesso a Habitação						
Proteção social	Percentagem de agregados familiares cobertos por programas de protecção social básica				16	23,6	15,3
Genero	Índice de desenvolvimento do Genero (IDG)			0,449	0,877	0,868	
	% de assento ocupados pelas mulheres no parlamento					41,2	

Fonte: INE

População e bem-estar

De acordo com dados do INE, Moçambique possui, actualmente, uma população de cerca de 31.62 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 38 hab./km^2 (INE, 2023). Regista um rápido crescimento, a uma taxa de 2,5, traduzindo num aumento de mais de 2 milhões de habitantes nos úlimos 3 anos (2017 a 2020). Sendo que, os jovens dos 15 a 35 anos vêm crescendo a um ritmo ainda mais rápido (3,6%).

A População na idade dos 15 a 64 anos representam 51% da população total e, desta, apenas 58% é População Economicamente Activa (PEA), situando a razão de dependência em 99,5%, sendo maioritariamente uma razão de dependência jovem, isto é, um elevado peso de crianças em relação a PEA (Censo, 2017). De acordo com as estimativas sobre a utilização da força de trabalho, cerca de 20% da força de trabalho não está plenamente absorvida pelo mercado de trabalho por desemprego aberto ou oculto, e emprego como trabalhador familiar sem remuneração.

Dos que se encontram empregados 66,8% ainda praticam actividades primárias (agricultura, silvicultura, pesca e mineração), e somente 4,5% estão empregados na indústria manufactureira, energia e construção. O sector terciário (actividades de transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) absorve os restantes 12,8% da PEA ocupada, mas a sua maioria está concentrada no comércio, principalmente o informal onde apesar das iniciativas existentes e do melhor acesso às tecnologias de informação e comunicação, a maioria ainda não está inscrita nos sistemas de segurança social para a sua protecção no trabalho e no período de aposentação.

As estimativas das tendências da pobreza e bem-estar da população indicam que a pobreza de consumo aumentou de 46,1% 2014/2015 para 68,2% 2019/2020. Porém, este aumento foi mais acentuado nas áreas rurais (76,5%) do País, permanecendo elevadas nas regiões centro (68,9%) e norte (78,5), (MEF, 5ª Avaliação da Pobreza, 2021).

Em termos de pobreza multidimensional registou-se uma variação mais estável da taxa, de 55% em 2014/2015 para 53% em 2019/2020, sugerindo ligeiras melhorias ao longo do tempo com destaque para o acesso à educação e a água potável. Não obstante, grande parte da população continua privada de condições habitacionais como acesso ao saneamento seguro, electricidade e aos bens duráveis, com maior ênfase nas zonas rurais onde reside 66,6% da população total do país.

As desigualdades, medidas pelo coeficiente do Gini ao nível nacional (urbano/rural e regional), sugerem um aumento ligeiro de 0.47 em 2014/15 para 0.51 em 2019/2020, sendo mais acentuado nas áreas rurais e região norte do país.

Registam-se, igualmente, tendências de criação de bolsas de insegurança alimentar e fome, derivadas do aumento dos preços dos alimentos, choques climatéricos que afectam a capacidade de produção das famílias, e a situação de terrorismo na região norte de país, que tem estado na origem do aumento da desigualdade social.

Educação

Regista-se uma expansão dos serviços de educação e aumento significativo de ingresso de alunos nas escolas. No entanto, persistem desafios a destacar:

i. A qualidade e eficiência da educação no país continua baixa, com um nível de aprendizagem limitado e uma taxa de conclusão do ensino primário ainda nos 48%, em 2020. Mesmo tendo concluído, os graduados no sistema de educação nacional apresentam conhecimentos e competências abaixo das necessidades do mercado de trabalho.

ii. A taxa de analfabetismo permanece alta, embora esteja diminuindo entre as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, de 44,9% (2014/15) para 39% em 2017. O analfabetismo continua muito maior (49,4%) entre as mulheres do que entre os homens (27.2%) (PEE, 2020/2029). Também é grande a desigualdade entre o nível de analfabetismo nas áreas rurais (50.7%) e nas urbanas (18.8%), (INE, 2017).

iii. As infra-estruturas de educação, principalmente ao nível do ensino pré-escolar e secundário, continuam insuficientes e aquém do necessário para garantir equidade de acesso, qualidade e equidade na aprendizagem.

iv. O livro escolar é distribuído de forma gratuita. No entanto, a cobertura não é suficiente para o universo dos alunos.

v. A superlotação nas escolas que se manifesta no elevado rácio aluno-professor, a insuficiência de salas de aula, a carência das infra-estruturas essenciais de água e saneamento em muitas escolas e de professores qualificados são problemas persistentes no sistema de educação nacional.

Saúde e Nutrição

Registam-se melhorias no acesso aos serviços com o aumento do número dos centros de saúde. As infra-estruturas de saúde estão a ficar mais próximas dos utentes, e cerca de 70,2% da população tem acesso a uma unidade sanitária.

Contudo, persistem ainda desafios e limitações no que tange a:

i. Taxas de mortalidade materna, infantil e neonatal altas;

ii. Taxas de desnutrição crónica infantil acima de 35 %;

iii. Baixa qualidade dos serviços providos, incluindo falta de infraestruturas de água e saneamento em muitas unidades sanitárias;

iv. Acesso aos medicamentos; e

v. Acesso a serviços especializados e equipamentos de saúde ainda deficitários e concentrados praticamente numa única unidade central.

Habitação

Água e Saneamento

i. O acesso e o consumo de água tratada tem tendência a melhorar, cobrindo cerca de 24,8% da população com fonte de água canalizada.

ii. Existe um número considerável da população que não tem uma fonte de água segura, sendo que 28,7% da população dependem do poço não protegido e 14,1% do rio, lago ou lagoa.

iii. O acesso ao saneamento constitui ainda um desafio, sendo que 39,1% dos agregados familiares ainda usa latrina não melhorada e 30% não tem nenhuma latrina/retrete, sendo o fecalismo a céu aberto a sua solução.

Energia

O acesso a electricidade tem estado a registar melhorias, nas áreas:

i. Urbanas abrange cerca 70,1% da população com acesso a energia da rede pública; e

ii. Rurais, ainda persiste o desafio, existem ainda famílias que não estão ligadas a rede pública, tendo como principal fonte de energia a pilha (56,6% das famílias) e a lenha (12,7%).

Ordem e Segurança

O país tem estado a deteriorar nos seus indicadores em matéria de segurança e crimes:

i. no que concerne aos crimes contra ordem e tranquilidade públicas o maior número de indiciados são menores de 18 anos;

ii. casos de violência sexual contra menores são extremos; e

iii. existência de foco do terrorismo e insurgência na zona norte do País com graves consequências como a de deslocações da população das suas zonas de origem.

Género

Apesar de grandes avanços na representação da mulher nos órgãos de poder e de tomada de decisão, os desafios para a igualdade e equidade de género ainda persistem no acesso e controlo aos recursos produtivos principalmente para a mulher rural que é quem mais ainda está centrada na produção de subsistência;

i. Nas áreas urbanas as suas actividades informais são caracterizadas por grande vulnerabilidade dos seus rendimentos, ocupação do espaço e segurança física.

ii. Grande parte das oportunidades de financiamento não é adequada ao meio rural, pelo seu nível de exigência ou adequabilidade aos pequenos produtores, onde as mulheres estão.

iii. As uniões prematuras limitam o desenvolvimento do capital humano das raparigas.

iv. A violência no espaço público e nas famílias ainda é persistente, com 80,3% dos 18.320 casos de violência contra adultos reportados serem praticados contra a mulher. Dos 9704 casos reportados de violência contra a criança, 60,6% referem-se às meninas.

v. As infecções de transmissão sexual são 3 vezes mais prevalentes nas mulheres que nos homens.

vi. Apesar da tendência decrescente, a mortalidade materna ainda é elevada.

vii. Embora a forte performance na paridade da educação primária e nos primeiros níveis de educação secundária, verifica-se um elevado abandono escolar feminino entre os níveis ES1 e ES2, com efeitos ao nível da equidade de género e da produtividade.

Protecção Social

A protecção social dos grupos mais vulneráveis da população ainda não é universal e a sua qualidade é deficitária;

i. A protecção social, em termos de beneficiários, no país tem melhorado. Contudo a sua cobertura tem sido limitada, em face de um contexto social de elevada pobreza e vulnerabilidade.

Juventude

A População do país é maioritariamente jovem e em idade economicamente activa, apresentando uma taxa de crescimento de 3,6%, a um ritmo mais acelerado que da população total. Esse crescimento constitui simultaneamente uma oportunidade, mas também um desafio para o país, sobretudo no que tange a provisão de serviços como educação, saúde, emprego, habitação entre outros.

i. A desistência escolar precoce ainda está presente entre os jovens, especialmente as mulheres, e não existem sistemas de formação que os absorvam. Os que concluem o ensino geral e não transitam para o ensino superior não encontram um mercado de trabalho a eles adequado.
ii. A taxa de desemprego, mesmo dos graduados universitários, é alta.
iii. Há uma tendência alta de toxicodependência entre os jovens num ambiente urbano que não lhes oferece perspectivas positivas.
iv. Há espaço para o aliciamento dos jovens para actividades ilícitas por falta de alternativas para eles viáveis.

Contexto da Governação

Moçambique alcançou ganhos significativos em estabilidade e maturidade política desde os acordos gerais de paz em 1992 e as primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994 (ARD, 2009). No entanto, os indicadores de governação para Moçambique mostram que o País não melhorou significativamente e permaneceu abaixo da média da África Subsaariana na última década.

Os indicadores transversais de Moçambique sobre a governação e corrupção têm-se deteriorado progressivamente. Os Indicadores Mundiais de Governação (WGI) para Moçambique mostram deterioração em todas as seis dimensões, como ilustra a tabela 3 abaixo.

Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial

Indicadores	Percepções		00	05	09	15	19	22
Voz e Responsabilidade	(i) capacidade dos cidadãos em participar na selecção dos governos; (ii) a liberdade de expressão, (iii) a liberdade de associação e (iv) a imprensa	Africa Subsaariana	31	32	33	33	33	33
		Moçambique	45	52	44	38	32	31
Estabilidade Politica e ausência de violência / terrorismo	(i) possibilidade de o governo ser destabilizado ou derrubado por meios violentos ou inconstitucionais, incluindo (ii) violência política e (iii) terrorismo	Africa Subsaariana	35	34	34	32	31	31
		Moçambique	41	50	58	28	20	11
Eficácia Governamental	(i) qualidade dos serviços públicos, (ii) o grau de independência dos serviços face a pressões políticas, (iii) a qualidade das políticas formuladas e implementadas, bem como a (iv) credibilidade dos compromissos do governo em relação essas políticas.	Africa Subsaariana	29	27	27	27	26	26
		Moçambique	41	37	34	23	19	19
Qualidade de Regulação	(i) capacidade do governo para formular e implementar políticas e regulamentos que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado	Africa Subsaariana	30	29	30	30	28	28
		Moçambique	44	25	38	35	23	23
Estado de Direito	O grau de confiança e de cumprimento das regras da sociedade por parte dos agentes, em particular, a (i) qualidade da execução de contratos, (ii) os direitos de propriedade, (iii) a polícia, (iv) os tribunais assim como a (v) probabilidade de crime e violência	Africa Subsaariana	30	29	30	31	29	29
		Moçambique	28	33	39	21	15	15
Controle da Corrupção	Até que ponto o exercício de poder público é utilizado para obtenção de ganhos privados, incluindo todas as formas de corrupção assim como a "captura" do estado por elites e por interesses privados	Africa Subsaariana	33	31	32	31	31	31
		Moçambique	22	28	25	31	26	26

Fonte - Banco Mundial

Embora Moçambique se situe na média da África Subsariana no que respeita a um indicador (voz e responsabilização), foi superado por países vizinhos nos demais indicadores (estabilidade política, eficácia governamental, qualidade da regulação, estado de direito e controlo da corrupção).

Especificamente, registou progressos ao longo da década, nas categorias de fundamentos para oportunidade económica e desenvolvimento humano, com a maioria dos ganhos observados nas áreas de infra-estruturas, saúde e sustentabilidade ambiental.

Denotam-se, igualmente, melhorias significativas de forma no Índice de Orçamento Aberto[1], tendo passado de 28/100 em 2010 para 45/100 em 2021. Embora as melhorias, nos últimos anos tenham abrandado, elas têm sido resultado de um maior fornecimento de informação ao público, da qualidade da proposta do Orçamento do Estado, e da abrangência do documento.

Não obstante, verifica-se deterioração na eficácia governamental, significando que: a (i) percepção sobre a qualidade dos serviços públicos; (ii) competência na administração pública; (iii) independência das pressões políticas; e a (iv) qualidade na formulação das políticas tem vindo a regredir.

Igualmente, regista deterioração no indicador de Percepção de Controlo da Corrupção, constituindo num grande problema actual para o país, pelos seus efeitos negativos na taxa de crescimento, no nível e qualidade do investimento, bem como na alocação dos recursos externos. Algumas literaturas afirmam que a corrupção acaba funcionando como um imposto adicional às empresas nacionais e estrangeiras quando o governo não toma medidas mais concretas para estancar este mal.

Contexto Ambiental

O desempenho ambiental, medido através do Índice de Performance Ambiental, indica o quanto um determinado país está a atingir os objectivos de política ambiental. A nível global Moçambique está no 144º de 180 países, sendo que na zona subsaariana, o país ocupa o lugar 32 de 46. Contudo, nos últimos quatro anos tem registado melhorias no índice, atingindo 31.7 em 2022, contra 46.4 em 2018. Como alguns países a nível regional (África do Sul, Malawi e Tanzânia), Moçambique tem registado uma tendência de decrescimento do índice de desempenho ambiental, como mostra a tabela abaixo.

[1] o compromisso crescente do Governo de Moçambique no que diz respeito à Transparência Orçamental. Tendo aderido ao processo de inquérito ao Orçamento Aberto, pesquisa independente feita pela *International Budget Partnership*, em 2010.

Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)

Indicadores	**2006**	**2008**	**2010**	**2012**	**2014**	**2016**	**2018**	**2020**	**2022**
Qualidade do ar	74.6	98.3	51.53	58.6	68.33	71.97	61.43	40.7	37.9
Agua e Saneamento		57.3	57.4	34.2	2.9	21.9	16.2	16.4	16.4
Metais Pesados							31.6	23.7	23.3
Biodiversidade e habitat	39.7	55.4	60.1	58.5	63.2	39.7	90.5	67.4	53.7
Florestas		94.4	92.8	62.9	4		10.6		10.2
Recursos Pesqueiros		55.4	66.2	44.1	23.7	84	50.7	16.3	57.1
Clima e energia	84	99.8	89.9	88.8			23.1		34.8
Emissoes de Poluicao							48.6	54.1	54.1
Recursos Hidricos	86.7				25		45.7	20	20
Agricultura	88.9	63.8	24.8	28.9	50.7	100	23.3	34.4	30.4
EPI	45.7	53.9	51.2	47.8	30	41.8	46.4	33.9	31.7

Fonte: Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2021

Moçambique tem estado a conquistar resultados positivos em matéria da biodiversidade por habitat, tendo aumentado a sua área protegida e a prática agrícola amiga do ambiente. Nota-se igualmente bons resultados no que se refere a recursos pesqueiros.

Não obstante estes ganhos, têm-se registado alguns aspectos negativos como a perda de florestas, acesso a fonte melhorada de água potável, tratamento de águas residuais, redução da fauna, poluição do ar e das águas, destruição dos mangais e queimadas descontroladas, degradacão dos solos, erosão, bem como a exposição da população a metais pesados.

No ambiente urbano se registam casos graves de erosão costeira e inundações derivadas da ocupação espontânea (sem obediência a uma planificação ou ordenamento urbano) dos terrenos para a construção. Nota-se ainda que grande parte das cidades possui sistemas de saneamento deficientes e obsoletos, falta de sistemas de esgotos nas zonas suburbanas,contribuindo para a contaminação do ambiente local com reflexos directos na saúde devido as doenças infeciosas (malária, cólera, diarreias etc.); e deficiente gestão dos resíduos e do espaço urbano.

No ambiente rural verifica-se uma exploração inadequada dos recursos pela população no processo de satisfação das suas necessidades básicas. Regista-se igualmente uma degradação dos solos resultante de práticas inadequadas de cultivo como queimadas e corte de árvores para abertura de machambas, abate indiscriminado das florestas para aprodução do carvão vegetal e queimadas que resultam na erosão e empobrecimento dos solos e emissão de carbono.

2.2 Análise FOFA

Forças	Fraquezas
❖ Localização geo-estratégica; ❖ População maioritariamente jovem e com alto potencial de influênciar esta a concentrar-se em idade economicamente activa; ❖ Potencial em recursos naturais e agrícola; ❖ Potencial turístico e condições para prática do turismo em todas épocas do ano e nas suas variadas vertentes; ❖ Existência de uma rede de transporte multimodal (marítimo, rodoviário e ferroviário) interligada aos países do interland.	❖ Instabilidade Macroeconómica e Fraca capacidade financeira do Estado; ❖ Baixo nível de produção e produtividade; ❖ Baixo nível de formação do capital Humano, (baixo acesso e fraca qualidade); ❖ Baixa qualidade de prestação de serviços básicos; ❖ Défice de infra-estruturas e insuficiente serviço de apoio a produção; ❖ Desigualdades sociais (entre as zonas rurais e urbanas) e regionais (Centro e Norte vs Sul); ❖ Acelerado ritmo de crescimento demográfico; ❖ Elevados índices de doenças endémicas como a malária e o HIV/SIDA e altas taxas de desnutrição crónica; ❖ Existência de Agregados familiares pobres, chefiados por crianças, mulheres e pessoas idosas; ❖ Dispersão espacial da população nas zonas rurais; ❖ Predominância de assentamentos informais nas zonas peri-urbanas das principais cidades; ❖ Fraca articulação e coordenação institucional

Oportunidades	Ameaças
❖ Aceleração da transição demográfica como um dos pilares para a realização do dividendo demográfico; ❖ Existência de mercado interno e externo para colocação de produtos produzidos no país (agrícolas,minerais, energéticos…) ❖ Crescente procura internacional de commodities; ❖ Restauração da confiança internacional; ❖ Existência de corredores logísticos de desenvolvimento; ❖ Transição energética; ❖ Compromisso de alcançar a cobertura universal de saúde e melhorar o acesso dos serviços primários de saúde, incluindo a saúde comunitaria.	❖ Influência dos choques internacionais; ❖ Mudanças climáticas e vulnerabilidades à desastres naturais; ❖ Terrorismo em Cabo Delgado, norte do país; ❖ Níveis elevados de corrupção; ❖ Incertezas de controlo de pandemias e os seus impactos.

2.3 Desafios

i. **Diversificação da economia nacional** - Superar a dependência do sector primário e viabilizar o processo sustentado de desenvolvimento;

ii. **Desenvolvimento do capital humano** - Melhorar o acesso à e a qualidade da educação, combater a desnutrição, melhorar a saúde e o bem estar de cada pessoa, desde a pequena infância, a protecção contra a violência e contra os choques resultantes de conflitos ou desastres naturais. Agir nos factores que originam a tendência de aumento da desigualdade urbana/rural, territorial e de género. Deste modo, reverter a tendência de baixa qualificação da mão-de-obra nacional, e de desigualdade de oportunidades, em ordem ao aproveitamento do potencial dividendo demográfico e em ordem ao bom desenvolvimento destas e das novas gerações que nascerão na vigência da ENDE;

iii. **Desenvolvimento de Infra-estruturas** - Investir em infra-estruturas com efeito directo na melhoria dos níveis de produção e produtividade, bem como no bem-estar da população, em ordem a um crescimento inclusivo e ao potenciar das fontes de competitividade latentes em todas as regiões e províncias do país;

iv. **Prevenção ambiental e resiliência às mudanças climáticas** - Desenvolver capacidades de prevenção e mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas, com investimentos resilientes aos recorrentes choques que continuarão a assolar o país, bem como o desenvolvimento da economia verde e azul, de modo a proteger as pessoas e a economia e potenciar as oportunidades económicas da quarta revolução industrial;

v. **Prevenção e combate à corrupção** - Implementar mecanismos e reforçar as instituições, procedimentos e os comportamentos pessoais e sociais positivos, em ordem à eliminação de todas as formas de corrupção e seus efeitos negativos.

2.4 Pré-Condições

i. **Unidade, Coesão Nacional e soberania, paz, estabilidade e democracia**: Estabilidade política, económica e inclusão social.

ii. **Ordenamento territorial equitativo e equilibrado**: intervenção no ordenamento para o benefício das pessoas e permitir o acesso à terra para

investimento, acautelando os vários interesses sectoriais e territoriais com incidência espacial em termos de iniciativas de desenvolvimento.

iii. **Gestão sustentável dos recursos naturais**: Estabelecimento de parâmetros de utilização dos diferentes sistemas naturais e de zonas com características específicas.

iv. **Mudança de mentalidade em prol de uma cidadania activa**: Promoção da cultura de debate de ideias, de contribuição na solução de problemas, de pertença do bem público e de solidariedades entre as pessoas.

v. **Reforma legal e fiscal e a simplificação dos procedimentos para a promoção e facilitação de investimentos e negócios**: Leis e políticas que atraiam e favoreçam o crescimento do investimento interno e estrangeiro, fortalecimento de plataformas electrónicas e promoção da capacitação e competitividade das empresas.

vi. **Eficiência alocativa dos recursos**: recursos financeiros orientados maioritariamente para acções e projectos de desenvolvimento capazes de impulsionar a produção e geração de emprego, nomeadamente no reforço das precondições, ao nível do capital humano, do aumento da produtividade do trabalho.

vii. **Transparência e prestação de contas**: promoção da cultura de integridade, isenção, transparência, participação cidadã e prestação de contas.

III. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2023-2043

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) foi criteriosamente elaborada, tendo em conta diversos factores essênciais para o desenvolvimento do país. Foram considerados o nível actual de desenvolvimento, as políticas e estratégias macroeconómicas, sectoriais e terrotoriais, bem como as reformas socioeconómicas. A experiência adquirida em processos de desenvolvimento internos e de outros países, também foram tomadas em consideração, assim como os acordos e compromissos bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Moçambique. Para além disso, foram levadas em conta as potencialidades, oportunidades e os desafios futuros que o país enfretará.

A formulação da ENDE igualmente tomou em consideração os acordos e compromissos internacionais, tais como os objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), Agenda 2063, Carta Africana dos Direiros Humanos, Protocolo da SADC, entre outros. A busca por sinergias com esses compromissos e acções em consonância com as metas internacionais são fundamentais para o sucesso da nossa estratégia de desenvolvimento.

3.1. Missão

Promover um desenvolvimento económico e social sustentável, inclusivo, equitativo e resiliente, visando o aumento do bem-estar e da qualidade de vida da população por meio de políticas integradas e participativas.

3.2. Visão

"*Ser um país próspero, competitivo e sustentável, onde a inclusão é uma realidade, a segurança é garantida e a qualidade de vida da população é uma prioridade*".

Moçambique será reconhecido internacionalmente como um exemplo de desenvolvimento equitativo, harmonizando crescimento económico e o da população com a preservação do meio ambiente. Nossa nação será caracterizada por uma sociedade justa, diversificada e participativa, que oferece oportunidades iguais a todos os cidadãos. Por meio do fortalecimento de nossas instituições, do investimento estratégico em sectores-chave como agricultura, industria, turismo, energia, infraestruturas, educação, saúde,

tecnologia e inovação, e do compromisso com a sustentabilidade, seremos referência na região e além, construindo um futuro promissor para as gerações presentes e futuras.

3.3. Valores

i. **Respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos -** Garantir que todas as culturas sejam valorizadas e respeitadas, promovendo a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica, religião, género ou orientação sexual. Isso inclui a protecção dos direitos humanos, garantido a dignidade e a liberdade de todos os indivíduos.

ii. **Transparência e participação democrática -** Assegurar que todas as decisões governamentais sejam tomadas de forma transparente, com informações acessíveis ao público. Igualmente, promover a participação activa da sociedade civil em todas as etapas do processo de tomada de decisão, para que os cidadãos tenham voz e influência nas politicas que os afectam.

iii. **Inovação, produtividade e empreendedorismo –** Estimular a inovação em todos os sectores da economia, incentivando a criatividade e o desenvolvimento de novas soluções para desafios económicos e sociais. Igualmente, promover a produtividade e o empreendedorismo, fomentadndo a criação de novos negócios e oportunidades de emprego.

iv. **Responsabilidade e comprometimento** – Demonstrar responsabilidade nas acções do governo e o comprometimento em alcançar as metas e objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Isso envolve a prestação de contas à população e a responsabilização por eventuais falhas.

v. **Equidade e justiça social –** Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades iguais e serviços básicos, como educação, saúde e emprego. Igualmente, reduzir as disparidades socioeconómicas e promover a justiça social, garantindo que nenhum grupo seja marginalizado ou deixado para trás.

3.4. Princípios

i. **Desenvolvimento holístico e multidisciplinar** – Abordar o desenvolvimento de forma abragente, considerando todas as dimensões do bem-estar humano, como saúde, educação, segurança, ambiente e economia. Integrar diferentes áreas de conhecimento e políticas para alcançar resultados sustentáveis e abragentes.

ii. **Sustentabilidade ambiental e económica** – Promover um desenvolvimento que proteja o meio ambiente e utilize os recursos naturais de forma responsável e sustentável. Buscar um crescimento económico que não comprometa a capacidade das futuras gerações de suprir as suas necessidads.

iii. **Inclusão social e redução das desigualdades** – Focar em políticas e acções que promovam a inclusão social, reduzindo as desigualdades económicas e sociais. E, garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de acesso aos benefícios do desenvolvimento.

iv. **Participação e diálogo social** – Incentivar a participação activa da sociedade civil e de diferentes actores na formulação e implementação de políticas públicas. E, promover o diálogo e a colaboração entre o governo, sector privado, organizações não governamentais e comunidades locais.

v. **Boa Governação e transparência** – Priorizar a boa governação, com instituições fortes, eficientes e éticas. E, assegurar a transpaência nas acções do governo, com informações acessíveis e compreensíveis à população.

vi. **Parcerias público-privadas** – Estimular a colaboração entre o sector público e privado para impulsionar o desenvolvimento económico e social. E, promover parcerias que beneficiem ambas as partes e contribuam para o alcance e objectivos da estratégia.

vii. **Resiliência e adaptação a mudanças e incertezas** – Preparar-se para enfrentar desafios e incertezas, desenvolvendo capacidades de resiliência e adaptação para lidar com mudanças económicas, ambientais e sociais.

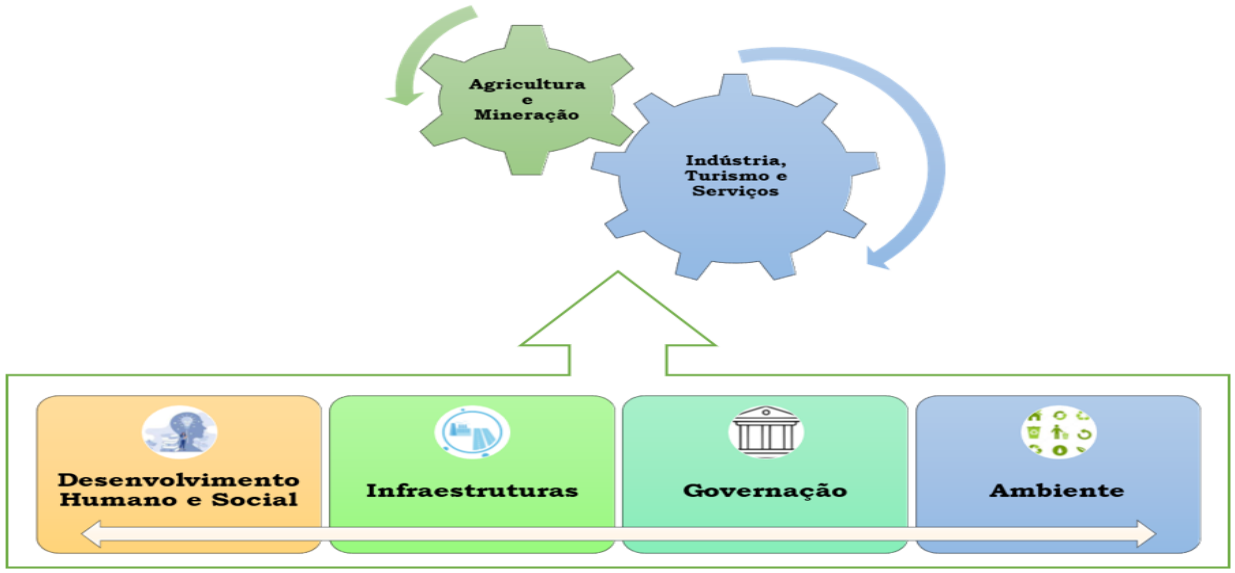
viii. **Cooperação nacional e internacional** – Buscar a colaboração entre diferentes regiões e actores do país e promover a cooperação com outros países e organizações internacionais para alcançar objectivos comuns de desenvolvimento.

IV. MODELO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL E CENÁRIOS MACROECONÓMICOS

4.1 Modelo de Desenvolvimento

O modelo preconiza a transformação estrutural da economia através da elevação da capacidade produtiva nacional, aumento da produtividade, diversificação e competitividade nacional com foco em quatro (4) sectores estratégicos: (i) Agrário[2]; (ii) Mineiro; (iii) Indústria; e (iv) Turismo. Estes sectores devem ser acompanhados pelo desenvolvimento do capital humano, infra-estruturas, governação e ambiente. Neste âmbito a figura a seguir ilustra:

Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento



Sector Agrário (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca)

É a base para a construção de um processo de crescimento económico, geração de riqueza e bem-estar. A produção do sector agrário será mais orientada ao fornecimento de alimentos para o abastecimento do mercado interno e matérias-primas à indústria transformadora, em especial, às alimentares e agro-indústrias, capazes de gerar valor acrescentado e abastecer aos mercados

[2] O Sector agrário compreende actividades da agricultura, pecuária, silvicultura,floresta e pesca.

doméstico e internacional com produtos de elevado padrão de qualidade. Deste modo, será estimulado o aumento da produção de culturas alimentares e de rendimento através da exploração das vantagens agrogeológicas e competitivas de cada região e criar condições para a modernização e aumento da produtividade do sector e, igualmente, transformar os pequenos produtores para médios e grandes produtores comerciais através da integração, fortalecimento e o alargamento das cadeias de valor de culturas estratégicas, aumentando o seu rendimento e dinamizando a economia local (gerar oportunidades económicas e rendimento às famílias).

A transformação referida acima, inclui a modernização agrícola, pois, permitirá aumentar a produção e produtividade do sector. Igualmente, ocorrerá a liberação da mão-de-obra excedentária para o sector da indústria à medida que for abrangendo a modernização, com destaque para a indústria manufactureira que tem por característica o uso massivo de em mão-de-obra e consegue acrescentar valor aos produtos de modo a gerar rendimentos condignos aos produtores.

Por outro lado, os custos médios baixos da agricultura tornarão a matéria-prima mais barata para a indústria.

Mineração

O sector da mineração será estratégico para o desenvolvimnto económico, proporcionando uma base sólida para indústria transformadora local. Buscaremos estimular o crescimento das unidades de produção de minérios que possam ser processados localmente por pequenas e médias indústrias, como construção, lapidação e joalharia, com o objectivo de agregar valor e transformar esses recursos brutos em bens acabados. Isso aumentará significativamente os ganhos no mercado e a geração de oportunidades de emprego para a população.

Paralelamente a isso, trabalharemos para promover parcerias público-privadas, investir em tecnologia e inovação, bem como garantir a sustentabilidade ambiental em todas as etapas da cadeia de valor da mineração.

Dessa forma, buscaremos maximizar os benefícios do sector de mineração, contribuindo para o desenvolvimento económico inclusivo, equitativo e sustentável do país.

Indústria

A indústria desempenhará um papel fundamental como motor dinamizador e impulsionador da diversificação da economia nacional. Ao estabelecer ligações com o setor primário, possibilitaremos o desenvolvimento de indústrias transformadoras nos segmentos alimentar, mobiliário e de construção, utilizando as matérias-primas agrárias e mineiras produzidas localmente.

Essas indústrias terão um efeito multiplicador na economia, resultando no fomento da produção interna e na agregação de valor por meio do processamento e da diversificação da produção. Nosso objetivo é combater o défice da produção interna, garantir a segurança alimentar com o consumo de produtos nacionais e reduzir a dependência de importações agrícolas, mobiliário e de construção.

À medida que atendermos às necessidades internas e gerarmos excedentes de produção, poderemos explorar oportunidades de exportação. Além disso, visamos estabelecer parcerias comerciais com países vizinhos, o que não só reduzirá os custos logísticos de transporte, mas também promoverá a criação de empregos e o desenvolvimento de cadeias produtivas nas regiões fornecedoras.

Com essa abordagem estratégica, buscamos fortalecer a indústria nacional, estimular o crescimento económico inclusivo e sustentável e contribuir para o progresso do país no cenário regional e internacional.

Turismo

O turismo desempenhará um papel fundamental como dinamizador de setores estratégicos, como agricultura, infraestruturas, transportes, comunicações e comércio. Criaremos polos estratégicos de turismo cultural, histórico e ecológico para estimular o setor privado a operar e criar roteiros turísticos para promoção no mercado interno e internacional.

Para maximizar o potencial turístico, investiremos em infraestruturas para os destinos turísticos e promoveremos a articulação intersectorial para impulsionar o artesanato, a arqueologia, o desporto, a gastronomia e os centros de desenvolvimento cultural.

Nosso objetivo é criar condições favoráveis para o desenvolvimento sustentável do turismo, alavancando diversos setores da economia e destacando o património cultural e natural do país. Por meio dessa abordagem integrada, buscamos tornar-nos um destino turístico de excelência, atraindo visitantes

nacionais e internacionais, e contribuindo para o crescimento económico inclusivo e equitativo do país.

Energia

A energia desempenhará um papel transversal na ENDE, com dois objetivos principais. Em primeiro lugar, buscará abastecer o mercado interno, reduzindo os custos de produção nos setores estratégicos, como agricultura, indústria e turismo, para tornar os produtores nacionais mais competitivos e a economia mais atractiva para investidores na região. Além disso, será um meio para melhorar o acesso à energia e torná-la acessível à população em geral.

Aproveitando nosso potencial energético hídrico, solar e eólico, estimularemos a capacidade de produção de energias limpas para atender ao consumo interno e também para exportação para países vizinhos da região.

Infraestruturas

Nas infraestruturas, nosso foco principal será o fomento de investimentos em modernização, resiliência e qualidade. Buscaremos criar uma rede integrada de infraestruturas que conecte eficientemente os territórios e as pessoas, impulsionando o crescimento inclusivo e sustentável, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade de vida da população.

Investiremos em infraestruturas modernas e de ponta, aproveitando tecnologias avançadas para otimizar o transporte de bens e pessoas. Nosso objetivo é facilitar a circulação de mercadorias e o acesso a serviços essenciais, reduzindo os custos logísticos e criando um ambiente favorável para o crescimento económico.

Priorizaremos a construção de infraestruturas resilientes, capazes de resistir a desastres naturais e a choques externos, garantindo a continuidade dos serviços mesmo em situações adversas. Com esse enfoque, estaremos preparados para enfrentar os desafios futuros e proteger nossas comunidades.

Além disso, investiremos na qualidade das infraestruturas, garantindo que elas atendam aos mais altos padrões e necessidades da população. Isso inclui a modernização e expansão de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, bem como o desenvolvimento de serviços de telecomunicações e tecnologia de informação de última geração.

Com essas ações, buscamos criar uma rede de infraestruturas interligadas e eficientes, capaz de impulsionar o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida de todos os cidadãos. Acreditamos que infraestruturas bem planejadas e implementadas são fundamentais para construir um futuro sustentável e próspero para nosso país."

Dinâmica demográfica da População

Para a Estratégia Nacional de Desenvolvimento a população é um fator central e impulsionador do crescimento económico e social do país. A dinâmica demográfica, caracterizada por um ritmo acelerado de crescimento e uma estrutura etária predominantemente jovem, representa uma oportunidade para impulsionar o desenvolvimento nacional de maneira sustentável e inclusiva.

A ENDE reconhece que o crescimento da população traz consigo desafios, como a pressão sobre serviços sociais básicos e a necessidade de criação de oportunidades de emprego digno. Por isso, a estratégia se concentra na harmonização entre a dinâmica demográfica e as condições sociais e económicas para o desenvolvimento humano nacional.

Investir em capital humano é uma das prioridades, visando a qualificação da população para aumentar sua capacidade produtiva. Com o fortalecimento da educação, saúde e acesso a serviços essenciais, busca-se impulsionar a produtividade e o potencial empreendedor da população.

Nossa abordagem considera os fatores determinantes das tendências demográficas, como mortalidade, fecundidade e migração, e se concentra em mitigar os impactos negativos de uniões prematuras e gravidezes precoces.

Ao investir na educação e na qualificação dos jovens, mulheres e homens, esperamos aumentar a capacidade produtiva do país e torná-lo mais competitivo em setores exigentes em capacidades e conhecimento. Acreditamos que o desenvolvimento humano e a gestão responsável da dinâmica demográfica são fundamentais para alcançar nossos objetivos de crescimento inclusivo e sustentável.

Ao equilibrar a dinâmica demográfica com ações focadas no capital humano e no bem-estar da população, nossa estratégia busca criar uma sociedade equitativa, justa e próspera, na qual todos os cidadãos tenham a oportunidade de participar e contribuir para o desenvolvimento do país. Acreditamos que ao investir no potencial humano, estamos construindo um futuro promissor para as gerações presentes e futuras.

4.2 Cenários Macroeconómicos

Neste ponto, apresenta-se as projecções macroeconómicas para os próximos 20 anos, considerando a implementação da Estratégia Nacional de Densevolvimento. As projecções foram desenvolvidas com base em cenários hipotéticos, tomando em conta as reformas fiscais, repartição em etapas quinquenais, pressupostos específicos, sectores estratégicos seleccionados, taxas de crescimento esperadas e resultados projectados.

Pressupostos Gerais

i. Estabilidade Política e Institucional: pressupõe-se que o país terá um ambiente político e institucional estável ao longo dos 20 anos para garantir a continuidade da implementação da estratégia nacional de desenvolvimento;
ii. Recursos financeiros suficientes: parte-se do pressuposto de que recursos financeiros adequados serão disponibilizados para financiar as políticas e iniciativas propostas em cada sector estratégico;
iii. Envolvimento e participação dos stakeholders: espera-se que haja engajamento contínuo de todos os stakeholders, incluindo governo, sector privado, sociedade cicil e comunidades locais, para apoiar a implementação da estratégia;
iv. Capacidade institucional fortalecida: pressupõe-se que haverá um esforço contínuo para fortalecer a capacidade institucional do governo para gerir e coordenar efectivamente a implementação da estratégia;
v. Adaptação a mudanças: considera-se que a estratégia será adaptável para responder a mudanças económicas, sociais e políticas ao longo dos 20 anos.

Resultados Gerais Esperados ao Longo dos 20 Anos:

- ✓ Crescimento económico sustentável e diversificado em diferentes sectores;
- ✓ Aumento da renda per capita e do padrão de vida da população;
- ✓ Redução significativa da pobreza e das desigualdades sociais;
- ✓ Melhoria na educação e saúde da população, resultando no aproveitamento do dividendo demográfico e numa força de trabalho mais qualificada e produtiva;
- ✓ Desenvolvimento de sectores estratégicos que agregam valor e impulsionam a competitividade do país;

- ✓ Avanços significativos na área de pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico;
- ✓ Implementação de políticas públicas focadas na sustentabilidade e protecção do meio ambiente;
- ✓ Melhoria na infraestrutura económica e social, impulsionando o desenvolvimento em todas as regiões do país;
- ✓ Consolidação de uma economia resiliente, capaz de enfrentar desafios externos e internos.

Etapas Quinquenais da ENDE:

Dada a situação económica e social actual do país, apresenta-se uma abordagem gradual e programática para impulsionar o desenvolvimento de Moçambique. Nesta abordagem prioriza-se a melhoria da infraestrutura, o desenvolvimento dos sectores estratégicos, a promoção da educação e saúde, a diversificação económica e acções para enfrentar os desafios específicos do país.

Primeira Fase (2023-2028): Desenvolvimento de Bases Fundamentais

i. Prioridades

- ✓ Implementação de políticas para a estabilidade macroeconómica, incluindo o controle da dívida pública, inflação e estabilidade cambial;
- ✓ Fortalecimento das instituições governamentais e promoção da boa governação;
- ✓ Estímulo ao investimento em infraestruturas básicas de suporte aos sectores estratégicos económicos e sociais como: estradas, energia, telecomunicações, agrárias, água, saneamento, educação, saúde;
- ✓ Promoção de políticas de incentivo ao investimento estrangeiro para atrair capital e conhecimento externo;
- ✓ Fomento de parcerias internacionais para atrair investimentos, apoio financeiro e técnico em projectos de infraestrutura e desenvolvimento;
- ✓ Incentivo ao investimento no sector agrário para garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento rural;
- ✓ Fortalecimento da educação e saúde básica através de investimento em escolas e hospitais, treinamento de professores e profissionais de saúde.

Resultados Esperados

- ✓ Crescimento moderado do PIB em torno de 7,7%, impulsionado pelo investimento em infraestrutura económicas e sociais e no sector agrário;
- ✓ Estabilidade macroeconómica;
- ✓ Fortalecimento das instituições públicas e aprimoramento da capacidade de gestão;
- ✓ Melhoria da conectividade e mobilidade interna;
- ✓ Atracção de investimentos iniciais para o sector agrário;
- ✓ Melhoria da qualidade da educação básica e acesso à saúde, como efeitos iniciais dos investimentos em serviços públicos;
- ✓ Redução da pobreza extrema em áreas rurais devido ao desenvolvimento agrário;
- ✓ Criação de empregos na construção civil e sectores correlatos.

Segunda Fase (2029-2034): Sectores Estratégicos e Desenvolvimento Humano

i. Prioridades

- ✓ Fomento ao desenvolvimento de sectores não agrícolas, como mineração, industria transformadora e energia;
- ✓ Investimento na educação técnica e formação profissional para desenvolver habilidades e talentos locais, por forma a atender a demanda dos sectores produtivos emergentes;
- ✓ Expandir a cobertura e programas de saúde para melhorar o acesso aos serviços e cuidados médicos de forma mais abragente;
- ✓ Promover políticas de inclusão social, com foco em grupos vulneráveis e redução da desigualdade.

Resultados esperados

- ✓ Crescimento económico acelerado do PIB com a diversificação dos sectores produtivos, em torno de 8.9%;
- ✓ Aumento da produtividade e e competitividade dos sectores não agrícolas.
- ✓ Redução gradual do desemprego e aumento da renda per capita;
- ✓ Melhoria da qualidade da mão-de-obra, facilitando a atracção de investimentos e aumento da produtividade;
- ✓ Redução das taxas de mortalidade infantil e materna resultantes da melhoria nos serviços de saúde;
- ✓ Avanços significativos na redução da pobreza e melhoria do índice de desenvolvimento humano.

Terceira Fase (2035-2039): Desenvolvimento Sustentável e Industrialização

Prioridades

- ✓ Promover políticas de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;
- ✓ Estimular a industrialização para agregar valor à produção e reduzir a dependência de commodities;
- ✓ Desenvolvimento de cadeias de valor produtivas com investimento em programas para integração de sectores estratégicos, promovendo a agregação de valor e a competitividade dos produtos nacionais;
- ✓ Incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado;
- ✓ Desenvolvimento de infraestrutura de transporte e logística;
- ✓ Fomento ao desenvolvimento do turismo;
- ✓ Desenvolver sectores de pesquisa tecnológica e de inovação para impulsionar a competitividade global;
- ✓ Investir em energias renováveis para garantir a segurança energética e reduzir a dependência de fontes fósseis;
- ✓ Estímulo ao crescimento económico em regiões menos desenvolvidas.

Resultados Esperados

- ✓ Crescimento económico acelerado, resiliente e sustentável em torno de 9.4%, com redução do impacto ambiental;
- ✓ Expansão da indústria e aumento da contribuição do sector industrial no PIB;
- ✓ Promoção de um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento do sector privado;
- ✓ Avanços significativos na produção e utilização de energias renováveis;
- ✓ Fortalecimento da resiliência económica contra choques externos;
- ✓ Redução das disparidades regionais e melhorias das condições de vida em áreas rurais.

Quarta Fase (2039-2043): Consolidação e Cooperação Internacional

Prioridades

- ✓ Consolidação dos avanços alcançados e continuidade das políticas e iniciativas de desenvolvimento;

- ✓ Consolidação da indústria local, com maior participação nos mercados internacionais;
- ✓ Consolidação das cadeias de valor produtivas com foco na competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional;
- ✓ Implementação continuada de políticas de inclusão social, desenvolvimento humano, saúde e educação com foco na qualidade de vida;
- ✓ Ampliação e modernização das infraestruturas económicas e sociais;
- ✓ Fomento as parcerias internacionais para a cooperação económica e
- ✓ tecnológica.

Resultados

- ✓ Crescimento económico sustentado em torno de 11%;
- ✓ Aumento dos investimentos estrangeiros e desenvolvimento de projectos conjuntos;
- ✓ Estabelecimento de parcerias internacionais para atrair investimentos e tecnologia.

É importante ressaltar que o processo de desenvolvimento é dinâmico e sujeito a mudanças ao longo do tempo. As políticas e estratégias devem ser adaptadas e ajustadas de acordo com os avanços alcançados e as novas demandas que surgem ao longo dos anos. A cooperação entre os diferentes actores da sociedade é essêncial para alcançar os objectivos propostos e garantir o desenvolvimento económico e social de forma sustentável e inclusiva.

Cenários Previstos

Para garantir a sustentabilidade e eficácia da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, considerou-se a construção de cenários macroeconómicos que representam diferentes trajectórias futuras para a economia do país. Os cenários são fundamentais para antecipar possíveis desafios e oportunidades que possam surgir durante a implementação da estratégia.

Deste modo, a Estratégia Nacional do Desenvovimento apresenta quatro cenários possíveis em que a estabilidade macroeconómica é o pressuposto fundamental para permitir a retoma a uma trajectória de crescimento sustentável no longo prazo, atraindo o investimento e estimulando a produtividade.

i. Cenário macroeconómico Base: Crescimento económico moderado

No cenário base, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento prevê um crescimento económico moderado, concentrando esforços no desenvolvimento dos sectores tradicionais, o agrário e extractivo. O objectivo é modernizar e aumentar a produtividade desses sectores, para garantir a segurança alimentar, aumentar as exportações e gerar empregos para a população local. A estabilidade macroeconómica e um ambiente favorável ao investimento são fundamentais para alcançar este cenário.

Pressupostos

- ✓ Estabilidade macroeconómica será mantida, com reformas que contribuem para o equilibrio fiscal de longo prazo, proporcionando um ambiente favorável ao investimento e crescimento económico sustentado.
- ✓ A economia nacional continuará dependente dos sectores agrário, extrativo e serviços, como principais motores do crescimento económico.
- ✓ Investimentos na modernização e aumento da produtividade dos sectores agrário e extrativo, visando aumentar a produção e garantir a segurança alimentar da população.
- ✓ Investimentos e avanços significativos no sector do GNL, contribuindo para o crescimento económico e fornecimento de energia.
- ✓ Promoção do investimento directo estrangeiro em infraestruturas e no sector da energia para impulsionar o crescimento económico.
- ✓ A economia continuará com a possuir poucas ligações intersectoriais, o que pode impactar a sinergia entre os sectores, demandando acções para incentivar a interconexão e colaboração entre eles.
- ✓ A procura internacional por matérias-primas e produtos agrários permanecerá estável, permitindo que o país exporte seus produtos tradicionais. Igualmente, espera-se um aumento das Exportações do país, impulsionadas pelas Exportações do GNL.
- ✓ Políticas sociais são implementadas para melhorar o acesso à educação e saúde, bem como para combater a pobreza e desigualdades em áreas vulneráveis do país.

i. Cenário Macroeconómico Optimista: Crescimento Acelerado e Ambiente Favorável

No cenário optimista, preve-se um crescimento económico acelerado e ambiente favorável ao investimento com a implementação de reformas ambiciosas para diversificar a economia e aumentar a produtividade

concentrando-se em sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado. O país priorizará o desevolvimento do sector agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo sustentável, processamento de recursos naturais e produção de bens manufacturados. Este cenário requere um forte investimento em infraestruturas modernas, tecnologia e capital humano qualificado para impulsionar o crescimento económico e a competitividade internacional.

Pressupostos

- ✓ Estabilidade macroeconómica sólida, sustentada por reformas abragentes que contribuem para o equilibrio fiscal de longo prazo. Essas reformas visam fortalecer as bases da economia, aumentar a confiança dos investidores e melhorar o ambiente de negócios.
- ✓ Promoção da diversificação da economia, concentrando no desenvolvimento de sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado.
- ✓ Prioridade no desenvolvimento do sector agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo sustentável, processamento de recursos naturais e produção de bens manufacturados.
- ✓ Investimentos significativos em infraestruturas modernas, pesquisa, tecnologia, e capital humano para impulsionar a produtividade, inovação e competitividade internacional dos sectores estratégicos.
- ✓ Atração de investimentos estrangeiros para o desenvolvimento dos sectores estratégicos.
- ✓ Fomento ao empreendedorismo, inovação e desenvolvimento de startups e indústrias de tecnologia e serviços digitais.
- ✓ Parcerias internacionais estabelecidas para promover a transferência de tecnologia e conhecimento, impulsionando o desenvolvimento dos sectores estratégicos.
- ✓ Maior integração da economia com o mercado global.
- ✓ Investimentos significativos em educação, formação profissional e saúde para melhorar o capital humano, criar uma força de trabalho qualificada, aproveitar o dividendo demográfico, aumentar a produtividade e sustentar o crescimento económico.
- ✓ Politicas sociais focalizadas na inclusão e redução das desigualdades, garantindo que o crescimento económico beneficie todas as camadas da população.

i. **Cenário Macroeconómico Pessimista: Crescimento Limitado e Ambiente Desfavorável**

No cenário pessimista, preve-se um crescimento económico limitado e ambiente desfavorável ao investimento. Assume-se que o país enfrenta uma combinação de desafios socioeconómicos e choques negativos: (i) A instabilidade política e conflitos regionais podem afectar negativamente o investimento e o crescimento económico; (ii) As crises globais que reduzem a demanda por produtos de exportação, geram impactos negativos causando a desaceleração da económia. (iii) As políticas economicas inadequadas resultam em desequilibrios fiscais e inflação elevada. (iv) Aumento da pobreza e desigualdade pode gerar ameaça a estabilidade social. (v) O aumento das pressões ambientais, como eventos climáticos extremos, podem afectar a produção agrária e infraestrutura em algumas regiões.

Pressupostos

- ✓ Crescimento económico mais limitado e desaceleração na actividade económica . As condições económicas podem ser mais adversas, com menor expansão dos sectores produtivos.
- ✓ Ambiente desfavorável aos investimentos, com menor confiança dos investidores e restrições orçamentárias, o que pode limitar os recursos disponíveis para projectos e expansões.
- ✓ Crises financeiras globais ou eventos climáticos extremos afectam negativamente o desempenho da economia.
- ✓ Instabilidade política e conflitos regionais impactam no investimento, tomada de decisões e a implementação de políticas económicas.
- ✓ Políticas económicas inadequadas resultam em desequilíbrios fiscais e inflação elevada.
- ✓ Investimentos realizados de forma mais cautelosa e criteriosa, com foco em sectores específicos que demonstram resiliência e potencial de crescimento mesmo em um cenário adverso
- ✓ Aumento da pobreza e desigualdades sociais.

O Cenário Escolhido

Com base nas análises e projeções apresentadas, a equipa responsável pela elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento aptou por adoptar o cenário optimista como base para formulação das políticas e acções estratégicas. Esse cenário oferece maior potencial de crescimento económico e social, alinhando-se com os objectivos ambiciosos do país para os próximos 20 anos.

Como resultado, do cenário optimista a economia apresentará trajectória de crescimento economico, da população e do PIB per capita ilustrada na tabela abaixo por quinquénio da ENDE.

Tabela.: Cenário optimista - Crescimento económico, PIB Per capita e população

Taxas médias anuais de crescimento, população e PIB per capita

Crescimento	2023	2028	2033	2038	2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	7.51	7.68	8.91	9.42	10.96	9.2
PIB Per Capita incl. GNL	709.5	848.8	1,423.9	2,135.5	3,644.2	2,013.1
Taxa de crescimento s/ GNL	3.9	5.5	8.7	10.8	11.9	9.2
PIB Per Capita s/GNL	668.2	731.7	1,070.5	1,731.6	3,246.1	1,694.9
População 10^6	32.4	34.8	38.6	42.4	45.3	40.3
Taxa de crescimento da População	2.5%	2.2%	1.9%	1.6%	1.3%	1.8%

Fonte: INE, MEF-QM

A curto e médio prazoo sector de petróleo e gás irá sustentar o crescimento económico a dois dígitos até 2030. Contudo, longo prazo, espera-se que a dinâmica dos sectores não petrolíferos (agrário, manufactura e serviços) determine o rítmo de crescimento e a geração da riqueza no país.

Dinâmicas Sectoriais e Estrutura Produtiva

Em termos de estrutura produtiva, a longo prazo, espera-se que os sectores primários e terciário continuem com maior contribuição no PIB. Os sectores estratégicos com potencial de crescimento e valor agregado como o agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo sustentável, processamento de

recursos naturais e produção de bens manufacturados poderão determinar as tendências de crescimento económico, nos próximos 20 anos. Elevando as taxas de crescimento económico média anual para 11% com GNL e 11.9% sem GNL, como mostra a tabela abaixo.

Tabela.2: Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia (%)

Sector	2023	2028	2033	2038	2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	**17.0**	**18.6**	**12.9**	**8.4**	**7.3**	**11.8**
Primário s/ GNL	6.0	9.2	11.9	10.9	9.7	10.4
Agricultura	4.7	6.2	7.4	6.1	5.9	6.4
Pescas	2.5	3.3	4.0	3.9	3.6	3.7
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	10.8	18.1	24.3	22.7	19.5	21.1
Industria Extractiva GNL	49.9	47.0	16.2	0.9	0.1	16.0
Secundário	**2.5**	**4.1**	**8.0**	**10.8**	**11.9**	**8.7**
Industria Transformadora	1.8	2.6	8.4	15.4	17.2	10.9
Electricidade Gaz e Água	3.0	5.0	7.7	8.4	9.0	7.5
Construção	2.8	4.7	7.8	8.6	9.5	7.6
Terciários	**3.0**	**4.9**	**6.6**	**7.8**	**8.6**	**7.0**
dq. serviços não administrativos	**3.2**	**4.0**	**6.2**	**8.0**	**9.3**	**6.9**
Comércio e Serv. Reparação	3.4	4.1	7.5	9.7	12.2	8.4
Hoteis e Restaurantes	3.3	5.1	6.5	9.3	9.6	7.6
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	3.5	4.9	7.0	7.4	8.0	6.8
Serviços Financeiros	3.5	4.1	5.9	7.6	9.3	6.7
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	2.4	1.8	4.2	6.1	7.2	4.8
Serviços Administrativos	**2.8**	**5.9**	**7.0**	**7.6**	**8.0**	**7.1**
Administração Publica	2.1	7.8	8.6	7.3	5.7	7.4
Educação	3.4	6.6	8.6	10.0	11.7	9.2
Saúde e Acção Social	2.3	6.9	8.1	8.9	9.3	8.3
Outros Serviços	3.3	4.7	6.4	8.1	9.8	7.2
Impostos sobre Produtos	3.0	3.5	3.5	3.4	3.4	3.5
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	**7.5**	**7.7**	**8.9**	**9.4**	**11.0**	**9.2**
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	**3.9**	**5.5**	**8.7**	**10.8**	**11.9**	**9.2**

Fonte: INE, MEF-QM

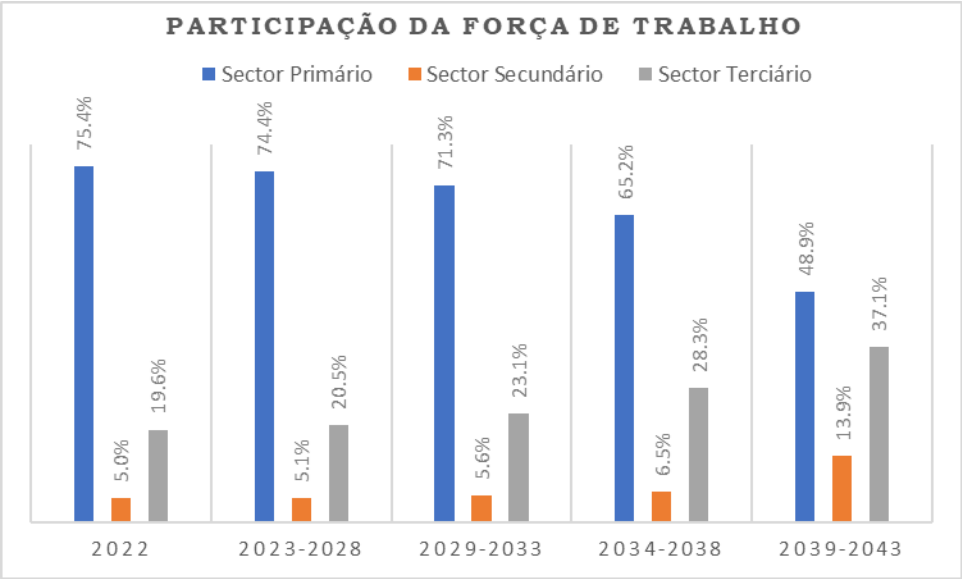
Nota: considera-se sector primário os ramos de agricultura e pescas, o sector secundário inclui manufactura, electricidade, construção e o sector terciários inclui os ramos de comércio, transportes e comunicações, serviços financeiros, Hotéis e restaurantes, administração pública e serviços de educação e saúde.

Participação da Força de Trabalho

Considerando os pressupostos demográficos conjugados com um maior progresso na formação do capital humano e avanços na transição demográfica, poderá alterar trajectória da estrutura produtiva do país. Conforme o gráfico 3

abaixo, mais de 50% da força de trabalho na populaçã economicamente activa absorvidos pelos sectores não agrícolas até 2043.

Gráfico 3: Tendência da Participação da Força de Trabalho (%)



Fonte: INE, MEF

A participação da força de trabalho no sector secundário (industria) poderá registar um incremento para cerca de 13.9% do total da participação, em média, por ano entre 2039-2043. Por outro lado, espera-se que o sector de serviços, absorva 37.1% da força de trabalho no mesmo período.

Os cenários e pressupostos apresentados neste capítulo fornecem uma base sólida para a elaboração da Estratégia Nacional de desenvolvimento. As considerar as diferentes perspectivas do futuro económico do país, estaremos melhor preparados para enfrentar os desafios e maximizar as oportunidades para alcançar os nossos objectivos de desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo. A flexibilidade e a facilidade de adaptação da estratégia nos permitirão tomar decisões informadas ao longo do processo de implementação, garantindo que possamos alcançar uma trajectória de crescimento económicoe bem-estar social duradouros.

V. OBJECTIVOS E PILARES DE IMPLEMENTAÇÃO DA ENDE

5.1 Objectivo Central

Promover um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo do país, impulsionado pelo crescimento económico, melhorarando a qualidade de vida da população e reduzindo as desigualdades.

5.2 Objectivos Específicos

i. Impulsionar o crescimento económico sustentável e competitivo, diversificando a base produtiva, com o foco nos sectores com potêncial de crescimento, valor agregado, inovação e tecnológia.

ii. Estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo o capital humano, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades.

iii. Fomentar o investimento em infraestruturas modernas, resilientes e de qualidade, integrando os territórios e conectando pessoas para impulsionar o crescimento inclusivo, sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

iv. Fortalecer as instituições e o sistema de justiça, promovendo a modernização, a transparência, responsabilidade e o combate á corrupção, para garantir uma governação eficaz, equidade social e justiça para todos.

v. Alcançar o desenvolvimento sustentável e a economia circular, conservando e protegendo os recursos naturais, mitigando os impactos das mudanças climáticas e assegurando a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras.

vi. Estabelecer e fortalecer parcerias público-privadas e promover a cooperação internacional para impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

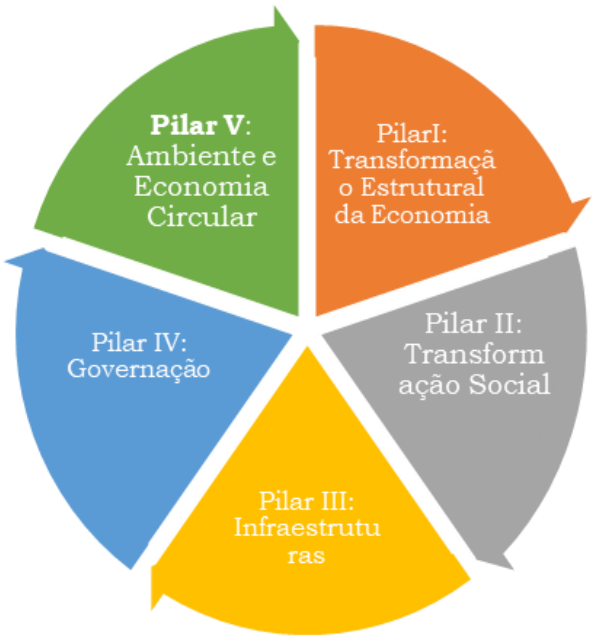
5.3 Pilares de Implementação da Estratégia

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) 2023-2043 é um instrumento abrangente que orienta o processo de desenvolvimento de Moçambique, visando alcançar uma visão de longo prazo para o país. Composta por cinco pilares fundamentais, a ENDE busca direcionar efetivamente as iniciativas de desenvolvimento e operacionalizar os objetivos definidos.

Os cinco pilares estratégicos da ENDE nomeadamente: (i) Transformação Estrutural da Economia, (ii) Transformação Social e Demográfica, (iii) Infraestruturas e Ordenamento Territorial, (iv) Governança e (v) Ambiente e Economia Circular. Cada pilar apresenta objetivos principais e estratégicos, acompanhados de indicadores de resultados e programas prioritários.

Esses pilares atuam de forma integrada na articulação dos setores estratégicos de desenvolvimento nacional ao longo dos próximos 20 anos. Embora sejam interdependentes e transversais, cada um está orientado para enfrentar os principais desafios actuais do país. O gráfico abaixo apresenta de forma visual os cinco pilares da estratégia."

Gráfico 4: Pilares de Implementação da ENDE 2023-2043



Fonte:

PILAR I. Transformação Estrutural da Economia

Este pilar visa impulsionar o crescimento económico sustentável e competitivo, diversificando a base produtiva, com o foco nos sectores com potêncial de crescimento, valor agregado, inovação e tecnológia. Através de uma bordagem integrada, pretende-se criar um abiente favorável ao investimento, inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, incentivando a diversificação das actividades económicas e reduzindo a dependência de sectores tradicionais, o primário e extrativo. Medidas específicas serão adoptadas para estímular a produtividade, inovação, a capacitação da mão de obra em tecnologia, melhoria da eficiência e competitividade dos sectores estratégicos, para além da promoção de políticas cordenadas que abordem de foma sinérgica as diversas dimensões da transformação estrutural da economia.

Objectivos do Pilar

i. Aumentar a produtividade e a competitividade dos sectores tradicionais, agrário e extrativo, em áreas com potencial produtivo, através da modernização e adopção de tecnologias inovadoras.

ii. Diversificar a economia, priorizando o desenvolvimento agrário de alto valor agregado, agroindústria, turismo sustentável, processamento dos recursos naturais e produção de bens manufacturados.

iii. Promover a integração das cadeias produtivas estratégicas, melhorando os serviços de logística, transporte, armazenamento e distribuição, para optimizar os processos produtivos e reduzir os custos operacionais.

iv. Promover a pesquisa, inovação e o desenvolvimento tecnológico nos sectores estratégicos, visando a geração de novas oportunidades de negócio e competitividade internacional.

v. Fomentar as parcerias público-privadas para o investimento em infraestruturas modernas, logística e conectividade, para a melhoria da eficiência produtiva e facilitar o escoamento dos produtos para os mercados internos e externos.

vi. Estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, oferecendo incetivos fiscais, acesso ao crédito e apoio técnico para promover a inovação e a criação de empregos.

vii. Atrair investimentos estrangeiros para sectores estratégicos, promovendo a transferência de tecnologia e conhecimento, fortalecendo a integração económica com a região e o mundo.

viii. Fortalecer a capacidade institucional do Estado, simplificando processos, reduzindo a burocracia e promovendo as reformas legais e regulatórias que criem um ambiente favorável aos negócios e aos desenvolvimento económico.

ix. Fomentar a internacionalização das empresas nacionais, buscando novos mercados externos e promovendo acordos comerciais que facilitem o acesso aos mercados internacionais.

x. Incentivar a formação de parcerias entre empresas, universidades e centros de pesquisa para impulsionar a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Indicadores e Metas

1. Indicador$_1$: Taxa média anual de Crescimento do PIB real (em % com GNL).

   Meta: Aumentar a taxa de crescimento média anual de 4,1 para 10,96%.

2. Indicador$_2$: Taxa média anual de Crescimento do PIB real (em % sem GNL).

   Meta: Aumentar a taxa de crescimento média anual de 4,1 para 11,9%.

3. Indicador$_3$: Crescimento anual do PIB real per capita.

   Meta: Aumentar o crescimento anual do PIB real per capita de USD 557,3 para USD 3,64478.2 incl. GNL, e 3,246.1 s/ GNL.

4. Indicador$_4$: Importações em percentagem do PIB incl. e excl. mega projectos.

   Meta: Reduzir as Importações em percentagem do PIB incl. mega projectos de 44,6% para 39%, e excluindo mega projectos de 44,6% para 39%.

5. Indicador$_5$: Exportações em percentagem do PIB, incl. e excl. megaprojectos.

   Meta: Aumentar as Exportações em percentagem do PIB, incl. megaprojectos de 33,6% para 42,5%, e excl. mega projectos de 9.8% para 16%.

6. Indicador$_6$: Deficit comercial em percentagem do PIB, incl. e excl. megaprojectos.

   Meta: Reduzir o déficit comercial em percentagem do PIB, incl. megaprojectos de -26,5% para 1,2%, e excl. megaprojectos de -32,2% para -19%.

7. Indicador$_7$: Peso Sectorial na Economia em % do PIB

   Meta: Reduzir o peso do sector primário, de 30,9% para 26,9%.

   dq. Agricultura, de 23.2% para 11.9

Meta: Aumentar o peso do sector secundário, de 12,1% para 19,5%.

dq. Indústria Transformadora, de 7,7% para 11,39.

Meta: Aumentar o peso do sector terciário, de 45,5% para 58,6%.

8. Indicador$_8$: Competitividade Global (pontos 0 à 7).

Meta: Aumentar a classificação da competitividade global de 3.23 pontos para 4,43 pontos.

9. Indicador$_9$: Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB.

Meta: Aumentar as Despesas em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB de 0,33 para 4,8.

10. Volume de remessas (em dólares americanos) em percentagem do PIB total.

Meta: Incrementar o volume de remessas de 11,2% do PIB para 32,9% do PIB.

11. Investimento directo estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB.

Meta: Incrementar o investimento directo estrangeiro de 33,6% do PIB para 78,6% do PIB.

12. Ajuda pública ao desenvolvimento em percentagem do orçamento nacional total.

Meta: Incrementar a ajuda pública ao desenvolvimento do orçamento nacional total de 11,2% para 42,6%.

Programas prioritários:

Programa 1.1 - Estabilidade Macroeconómica: tem como objectivo assegurar um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, com ênfase na inclusão financeira, estímulo à poupança doméstica e ao investimento. Deste modo, serão implementadas medidas que visam aprimorar a gestão macroeconómica no país, promover o equilibrio fiscal, controlar a inflação, fortalecer o sistema financeiro e garantir a estabilidade cambial.

Entre as acções prioritárias deste programa o destaque esta na implementação de políticas fiscais prudentes, o controlo da expansão monetária, a manutenção de um regime cambial adequado às necessidade da economia nacional e a promoção de um ambiente favorável ao investimento.

Serão implementadas medidas para fortalecer a capacidade institucional do Estado, como foco na modernização das instituições financeiras, melhoria da supervisão e regulação do sistema financeiro e na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Este programa é fundamental para garantir a sustentabilidade económica do país a longo prazo, atraindo investimentos e promovendo o crescimento económico, além de assegurar a estabilidade do sistema financeiro e a manutenção da confiança dos investidores.

Programa 1.2 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade: Tem como objectivo estimular o aumento da eficiência produtiva em áreas já consolidadas e induzir o desenvolvimento em áreas com grande potêncial agro-ecológico, indústrial, mineiro e energético, para a satisfação das necessidades do país quanto para exportação.

Para alcançar esse objectivo, serão desenvolvidas políticas que visem à moderanização e aprimoramento das técnicas de produção, redução dos custos de produção, a diversificação da produção, inovação tecnologica, melhoria da qualidade dos produtos, integração das cadeias produtivas estratégicas, investimento em infraestruturas, fortalecimento da capacidade institucional, atracção de investimentos, acesso aos mercados internacionais.

Através destas medidas, espera-se aumentar a produção de bens e serviços, reduzir a dependência das importações e fortalecer a competitividae da economia nacional no mercado global.

Programa 1.3 - Investigação científica, tecnologia e inovação: tem como objectivo principal promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação no país, através da criação de pólos de empreendedorismo em tecnologia digital, da pesquisa científica e do incentivo à adopção de novas tecnologias pelas empresas nacionais.

Para alcançar esse objectivo, o programa irá desenvolver acções de incentivo à pesquisa científica, à inovação tecnológica e ao empreendedorismo, bem como fomentar a criação de parcerias entre universidades, empresas e centros de pesquisa.

As principais áreas de actuação serão a pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias, o desenvolvimento de tecnologias digitais, a criação de incubadoras de empresas, a formação do capital humano em tecnologia e a criação de centros de pesquisa aplicada.

Serão realizadas acções para estimular a cooperação internacional em tecnologia e inovação, buscando atrair investimentos estrangeiros e promover a internacionalização das empresas nacionais.

Entre as acções previstas destacam-se a criação de programas de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, o apoio financeiro à criação de startups e incubadoras de empresas, a criação de programas de formação em tecnologia e a promoção de enventos e feiras de tecnologia e invação.

Pilar II. Transformação Social e Demográfica

Este pilar coloca a população como a força motriz para o desenvolvimento económico e social do país. Reconhece que o investimento no desenvolvimento humano e transição demográfica é fundamental para alcançar um futuro próspero e sustentável. O objectivo central é estimular o desenvolvimento humano sustentável, inclusivo e equitativo, fortalecendo o capital humano, incentivando a transição demográfica e reduzindo as desigualdades.

E, por meio de políticas públicas integradas garantir o acesso equitativo a serviços essenciais, como educação, formação profissional, saúde, água e saneamento para melhorar a qualidade de vida da população. Igualmente, focalizar em medidas para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade, promover a inclusão social, garantido o acesso a oportunidades de desenvolvimento a todos os cidadãos.

Objectivos do Pilar

i. Ampliar o acesso aos seviços de educação de qualidade em todas as etapas, desde a educação da primeira infância até ao ensino superior, incluindo o ensino técnico profissional e vocacional.

ii. Garantir o acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, incluindo prevenção, tratamento e reabilitação, visando à promoção da saúde da população e prevenção de doenças, resultando em redução de custos com tratamentos hospitalares e internações.

iii. Ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de água e saneamento, habitação e transporte, garantindo que todas as comunidades tenham acesso aos serviços essênciais.

iv. Combater a pobreza e a fome, implementando programas de transferência de renda, apoio à agricultura familiar e promoção do acesso a alimentos nutritivos para a população mais vulnerável, reduzindo a desnutrição crónica.

v. Estimular a transição demográfica para aproveitar o dividendo demográfico, com políticas de planeamento familiar, acesso à saúde sexual reprodutiva e programas educacionais, visando promover um perfil populacional mais equilibrado e favorável ao crescimento económico sustentável.

vi. Promover a formação educacional e técnica profissional dos jovens, o acesso ao conhecimento e a capacitação para o mercado de trabalho, impulsionando oportunidades de emprego, empreendedorismo e auto-emprego.

vii. Valorizar o património cultural e histórico das diferentes regiões para impulsionar o turismo e a economia local.

viii. Incentivar a participação da população em actividades culturais, desportivas e recreativas, visando a promoção do bem-estar e a valorização da diversidade cultural.

ix. Promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades com a implementação de programas de protecção social efectivos para os grupos mais vulneráveis, garantindo o respeito aos seus direitos e a participação activa na sociedade.

x. Promover a equidade de gênero garantindo a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, reduzindo as disparidades de gênero em termos de acesso a recursos e serviços, e combatendo a discriminação de gênero em todas as esferas da vida.

Indicadores e Metas

1. Indicador$_1$: Taxa de crescimento da população.

   Meta: Reduzir a taxa de crescimento da população de 2,5% para 1,3%.

2. Indicador$_2$: Anos médios de escolaridade.

   Meta: Aumentar os anos de ecolaridade de 3,5 anos para 6,5 anos.

3. Indicador2: Taxa de analfabetismo.

   Meta: Reduzir a taxa de analfabetismo de 39,9% para 14,4%.

4. Indicador$_3$: Expectativa de vida da população.

   Meta: Aumentar a expectativa de vida de 55,7 para 69,5.

5. Indicador$_4$: Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos).

   Meta: Reduzir a taxa de mortalidade infantil de 66,2% para 35%.

6. Indicador$_5$: Prevalência de desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos.

   Meta: Reduzir a prevalência de desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos de 38% para 10,4%.

7. Indicador$_6$: Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional.

Meta: Reduzir a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional de 68,2% para 35,8%.

8. Indicador$_{7}$: Índice de pobreza multidimendional.

Meta: Reduzir o índice de pobreza multidimendional de 53% para 28%.

9. Indicador$_{8}$: Desigualdades de renda (coeficiente do GIN).

Meta: Reduzir as desigualdades de renda de 0,5 para 0,3.

10. Indicador$_{9}$: Taxa de auto-emprego.

Meta: Aumentar a taxa de auto-emprego de 71% para 80,3%.

11. Indicador$_{10}$: Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional.

Meta: Aumentar a Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional de 47% para 64,6%.

12. Taxa de emprego aumentada em %.

Meta: Aumentar a taxa de emprego de 74% para 90,7%.

13. Indicador$_{11}$: Taxa de participação das mulheres na PEA.

Meta: Aumentar a taxa de participação das mulheres na PEA de 77,4% para 80,6%.

14. Indicador$_{12}$: Proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República.

Meta: Amentar a proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República de 39,2% para 53,5%.

15. Indicador$_{12}$: Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos Governos locais (assembleias Municipais).

Meta: Aumentar a Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos Governos locais (assembleias Municipais) de 37,6% para 51,8%.

16. Indicador$_{14}$: Índice de Desenvolvimento do Género (IDG).

Meta: Aumentar o índice de Desenvolvimento do Género de 0.455 para 5..

Programas prioritários:

Programa 2.1 - População e capital humano: é um conjunto de políticas e programas do governo que visam promover o desenvolvimento humano e económico por meio de um controle da população responsável e do investimento em capital humano.

Para alcançar esse objectivo o programa implementará medidas que visam o incentivo à educação e à formação profissional, investimentos em saúde e saneamento básico, promoção de campanhas de conscientização sobre o planeamento familiar, acesso a informação e aos métodos contraceptivos,

acesso a assistência médica de qualidade, bem como a educação sexual, sobretudo, nas escolas.

Igualmente, o progama busca influênciar as tendências e a dinâmica da população, visando uma redução gradual e sustentável da taxa de natalidade, de forma a aproveitar o período de dividendo demográfico e garantir que a população em idade activa esteja preparada para contribuir para o desenvolvimento nacional.

Em conjunto, o programa população e capital humano visa promover um crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população, investindo no desenvolvimento humano e na gestão populacional de forma sustentável e equilibrada.

Programa 2.2 – Emprego, empreendedorismo e auto-emprego: tem como objectivo assegurar a absorção da força de trabalho, com ênfase na maximização de oportunidades de emprego, formação profissional e estímulo ao empreendedorismo, com foco especial nos jovens.

Para alcançar este objectivo, serão promovidas políticas públicas específicas para a geração de empregos e estímulo ao empreendedorismo, incluindo a formação profissinal, como o fomento de parcerias entre empresas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil para promover a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e no desenvolimento nacional.

Com este programa de emprego, empreendedorismo e auto-emprego espera-se gerar benefícios significativos para a economia e para a sociedade, com destaque para a geração de empregos e renda, diversificação da economia, o estímulo a inovacão e ao empreendedorismo, e a redução da desigualdade social.

Programa 2.3 - Protecção, assistência e inclusão social: tem como objectivo assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, bem como a inclusão dos grupos vulneráveis na sociedade.

Para tal, serão promovidas políticas públicas específicas para garantir a protecção social e o acesso aos serviços de saúde, educação, emprego e renda, além de acções de inclusão social para os grupos vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes em situção de risco, entre outros.

Serão promovidas também políticas de desenvolvimento social, por meio de acções que visam o fortalecimento do sistema de segurança alimentar, a

ampliação do acesso a habitação, acções de erradicação do trabalho infantil, o combate à violência doméstica e o apoio a pessoas em situação de rua.

Dessa forma, o programa busca garantir a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social, além de promover a inclusão social dos grupos vulneráveis na sociedade, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

Programa 2.4 - Juventude, Cultura e Desporto: tem como objectivo promover a coesão social, a valorização da identidade cultural e das artes, além do incentivo ao desporto e ao lazer.

Para alcançar esses objectivos, serão promovidas acções que visam incentivar a participação dos jovens em actividades culturais, artísticas e desportivas, além de promover o acesso à cultura e as artes para a população em geral.

Serão realizadas actividades como festivais culturais, exposições de arte, espectáculos teatrais e musicais, competições desportivas, entre as outras acções que valorizam a cultura e incentivam a prática desportiva. Igualmente, serão promovidos programas de formação e capacitação nas áreas culturais e desportivas, como escolas de dança, música e artes plásticas, e treinamentos desportivos.

Deste modo, o programa busca contribuir para a coesão social e o fortalecimento da identidade cultural e artística, além de incentivar a prática desportiva e o lazer, que são essenciais para a qualidade de vida da população.

Programa 2.5 – Genéro: tem como objectivo assegurar o reforço a acções de promoção da equidade de género e de oportunidades no processo de desenvolvimento económico e social, com um enfoque nas mulheres e raparigas.

Para alcançar esse objectivo o programa irá implementar políticas e programas que visam garantir que as mulheres e raparigas tenham acesso a oportunidades iguais em todas as áreas da vida, incluindo a educação, o emprego, a saúde, a justiça e a participação política.

Serão realizadas acções para combater a discriminação e a violência de gênero, promover a igualdade salarial e o acesso das mulheres a cargos de liderança, garantir a saúde sexual e reprodutiva e os direitos das mulheres, e aumentar a participação das mulheres nos processos decisórios e políticos.

O programa também irá enfatizar a importância da sensibilização e da educação sobre questões do gênero e direitos das mulheres, além de promover acções que encorajam a participação das mulheres na vida pública e no desenvolvimento do país.

Desta forma, busca-se contribuir para a promoção da igualdade de gênero e a garantia de oportunidades iguais para mulheres e raparigas, promovendo assim um desenvolvimento económico e social mais justo e sustentável.

Pilar III. Infra-estruturas e Ordenamento Territorial

O pilar tem como objectivo desenvolver infraestruturas modernas, sustentáveis e resilientes, que melhorem a qualidade de vida da população, aumentem a competitividade da economia e a preservem os recursos naturais. Este objectivo será alcançado através de investimentos em infraestruturas económicas, sociais, de governação, ambientais e de ordenamento territorial de forma integrada com ênfase na promoção do crescimento económico, da equidade social e territorial, e do fortalecimento da governação e eficiência na gestão pública, protecção do meio ambiente e o uso eficiente do território.

Objectivos do Pilar

a) Infraestruturas económicas

i. Modernizar e expandir a rede de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário para facilitar o escoamento de produtos agrícolas e industriais.

ii. Fomentar o investimento na modernização dos portos marítimos para aumentar a capacidade de exportação e importação de mercadorias.

iii. Promover o desenvolvimento de parques industriais e zonas económicas especiais para atrair investimentos e impulsionar a produção industrial.

iv. Expandir e melhorar a rede de telecomunicações para facilitar a conectividade e a comunicação entre as regiões e com o resto do mundo.

v. Estimular o investimento em energia limpa e renovável para reduzir os custos de energia nos sectores estratégicos, como agrário, indústria e turismo, garantindo um fornecimento estável de energia, impulsionando o desenvolvimento económico e sustentável.

b) Infraestruturas sociais

i. Construir e reabilitar escolas de ensino geral e profissional em áreas rurais e urbanas para garantir o acesso universal à educação de qualidade e formação profissional.

ii. Expandir a rede de centros de saúde e hospitais para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde e reduzir as desigualdades no acesso à saúde.

iii. Incentivar o investimento em infraestruturas de saneamento básico e tratamento de água em comunidades rurais e urbanas, visando o acesso aos serviços e preservação dos recursos hídricos para melhorar a qualidade de vida da população.

iv. Estímulo ao investimento em infraestruturas culturais e desportivas para promover o desenvolvimento social e o bem-estar da população.

v. Desenvolver projectos habitacionais acessíveis e de qualidade para reduzir déficit habitacional e melhorar as condições de vida da população.

vi. Aprimorar a rede de transporte público rural e urbano.

c) Infraestruturas Administrativas

i. Modernizar a infraestrutura e os processos de gestão pública, visando uma admnistração mais eficiente, transparente e adaptada às práticas e tecnologias actualizadas mais eficiente e transparente e adaptada às práticas e tecnologias actualizadas mais eficiente e transparente.

ii. Desenvolver infraestruturas de atendimento ao cidadão, como postos de atendimento e plataformas digitais, com o objectivo de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, proporcionando maior comodidade, agilidade e eficiência no atendimento às demandas da população.

iii. Promover a modernização das infraestruturas de tecnologia de informação e comunicação, aprimorando a eficiência, transparência e prestação de serviços governamentais para a população e garantir maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

iv. Promover à construção e o fortalecimento da infraestrutura de segurança pública em todo o país, visando a melhoria das condições de segurança o combate à criminalidade e o aumento da percepção de protecção da população.

v. Fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento das infraestruturas estratégicas do país, promovendo parceiras e investimentos que impulsionem o avanço e a modernização das áreas prioritárias.

Infraestruturas de Ambiente

i. Construir infraestruturas modernas e sustentáveis para a conservação e uso responsável dos recursos naturais para garantir a protecção e preservação dos recursos naturais como florestas e água.

ii. Estabelecer e implementar infraestruturas específicas para a prevenção e combate a desastres naturais, visando proteger a população e reduzir os danos causados por eventos extremos.

iii. Estimular o investimento em infraestruturas de gestão de resíduos para promover a reciclagem e reduzir a poluição ambiental.

iv. Realizar obras de conservação e gestão de áreas naturais para proteger a biodiversidade e os recursos naturais no país.

d) Ordenamento Territorial

i. Implementar e desenvolver planos de ordenamento territorial, coordenando o desenvolvimento das diferentes regiões para garantir o uso adequado do solo, a sustentabilidade ambiental e a protecção do patrimônio natural e cultural.

ii. Elaborar planos de ordenamento territorial para promover o desenvolvimento equilibrado e integrado das diferentes regiões do país, considerando suas particularidades e potencialidades.

iii. Desenvolver um planeamento e gestão territorial integrados que visem um desenvolvimento equilibrado e sustentável, abragendo tanto áreas rurais quanto urbanas.

iv. Promover o desenvolvimento de infraestruturas em áreas menos desenvolvidas, visando reduzir as disparidades regionais e promover a inclusão social e económica.

Indicadores e Metas:

1. Terra irrigada em % de terra cultivada.
1. Trafego de Mercadorias em Tonelada por Km.

Meta: Aumentar o trafego de mercadorias, de 19,8 tonelada por Km para 48,8 tonelada por Km.

2. Manuseamento portuário em Toneladas métricas.

Meta: Aumentar o manuseamento portuário de 48227 toneladas métricas para 62236 toneladas métricas.

3. Produção de energia elétrica em GWh.

Meta: Aumentar a produção de energia elétrica de 18462.9 GWh para 30001 GWh.

4. Taxa líquida de escolarização.

Meta: Aumentar a taxa líquida de escolarização primária de X% para Y% e a taxa líquida de escolarização secundária de

5. Acesso à saúde básica.

Meta: Aumentar o acesso à saúde básica de

6. Acesso a água potável em %.

Meta: Aumentar o acesso a água potável de 56,8% para 73,8%.

7. Acesso ao saneamento básico.

Meta: Aumentar o acesso ao saneamento básico de 27% para 60%.

8. Acesso a energia elétrica em %.

Meta: Aumentar o acesso a energia elétrica de 32,1% para 59,5%.

9. Transporte de passageiros em PKm.

Aumentar o transporte de passageiros de 54402 PKm para 72409 PKm.

Programas prioritários:

Programa 3.1 - Infraestruturas económicas: tem como objectivo principal promover o desenvolvimento de infraestruturas económicas resilientes que possam apoiar a produção e o acesso aos mercados. Isso inclui, a construção e manutenção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, sistema de energia elétrica, sistema de irrigação, entre outras que sejam essenciais para o desenvolvimento económico do país.

O programa tem como foco principal garantir que essas infraestruturas sejam construídas com qualidade e durabilidade suficiente para resistir às intempéries e ás condições adversas.

Igualmente busca, por um lado, melhorar a conectividade entre as regiões do país, permitindo que os produtos e serviços possam ser transportados de maneira mais eficiente e económica, aumentando assim a competitividade e a produtividade da economia. E visa, por outro lado, garantir o acesso de todas as empresas e produtores, independentemente do seu tamanho, às

infraestruturas necessárias para a sua produção e para o seu acesso aos mercados. Isso, pode incluir a criação de incentivos para a instalação de empresas em regiões mais remotas, a construção de hubs logísticos e a melhoria dos sistemas de trasnporte e comunicação.

Programa 3.2 - Infraestruturas sociais: tem como objectivo principal aumentar a provisão e o acesso aos serviços básicos que são essenciais para o desenvolvimento humano e o bem-estar social. isso inclui, a melhoria da qualidade e da disponibilidade de serviços com destaque para a saúde, educação, água potável, saneamento básico, habitação e energia elétrica.

Com este programa busca-se garantir que todas as pessoas, independentemente da sua condição social ou geográfica, tenham acesso a esses serviços básicos. Através da construção de novas unidades de saúde, escolas gerais e profissionais, e postos de atendimento social, para além da melhoria das estruturas ja existentes. Pode-se também desenvolver políticas de incentivo para a prestaçào de serviços básicos em áreas rurais e remotas.

O foco principal do programa é garantir que as infraestruturas sociais sejam construídas com qualidade e que possam atender às necessidades da população em longo prazo. Igualmente, assegurar que as pessoas tenham acesso aos serviços básicos de forma gratuíta ou a preços acessíveis, evitando assim que os mais pobres fiquem excluidos desses serviços sociais.

Por fim, o programa incluirá acções para a promoção de políticas públicas que visam a melhoria do bem-estar social, como a inclusão social, o combate à violência, protecção dos direitos humanos e a promoção da igualdade de gênero.

Programa 3.3 - Infra-estruturas de Administração: tem como objectivo principal assegurar a disponibilidade de infraestruturas adequadas para a gestão da administração pública, Segurança, Justiça, lei e Ordem.

O programa visa fornecer suporte necessário para o eficiente desempenho das instituições responsáveis pela gestão pública e pelo cumprimento da lei, garantindo assim um ambiente seguro e justo para a sociedade. Isso inclui a construção e manutenção de edifícios e equipamentos para a administração pública, bem como investimentos em tecnologias e recursos humanos capacitados para garantir o bom funcionamento dessas instituições.

Programa 3.4 - Infraestruturas ambientais: tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável por meio da construção e manutenção de infraestruturas adequadas para preservar e proteger o meio ambiente. Para tal inclui a construção e manutenção de sistemas de tratamento de água e esgoto, gestão de resíduos sólidos, conservação e recuperação de áreas verdes, implementação de políticas e eficiência energética e energias renováveis, entre outras iniciativas que visam reduzir o impacto ambiental das actividades económicas.

Este programa busca, igualmente, estimular o desenvolvimento de tecnologias limpas e promover a conscietização e participação da sociedade na preservação do meio ambiente.

Programa 3.5 - Ordenamento Territorial: tem como objectivo promover o desenvolvimento territorial sustentável, garantindo a ordenação do espaço e utilização racional dos recursos naturais e humanos. Para isso, será necessário a implementação de medidas para a elaboração de planos e políticas públicas que orientem o uso do solo, a gestão integrada dos recursos hídricos e a preservação de áreas naturais e patrimónios culturais.

Nas principais acções do programa será importante a promoção do diálogo entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil, para garantir a participação e o controle social no processo de ordenamento territorial. E, igualmente a implementação de infraestruturas de transporte e comunicação que possibilitem o acesso e a conectividade entre as diferentes regiões e localidades.

Pilar IV. Governação

O pilar de governação é essencial para o alcance dos objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, concentrando-se em fortalecer as instituições e o sistema de justiça, para garantir uma governação eficaz e eficiente, promovendo a segurança, a equidade social e justiça para todos. A operacionalização deste pilar focalizará na transparência, participação democrática, eficiência na administração pública, modernização, responsabilidade e o combate á corrupção criando um ambiente propício para ao investimento e ao desenvolvimento sustentável.

Objectivos do Pilar:

i. Fortalecer as instituições do governo e os mecanismos de prestação de seriços públicos para garantir maior a eficiência e eficácia, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

ii. Modernizar os sistemas dos serviços públicos e digitalizar os processos administrativos, para reduzir a burocracia e melhorar a facilidade de acesso dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos.

iii. Promover a ética, integridade e combate à corrupção em todas as esferas do governo, por meio da transparência, prestação de contas e engajamento da sociedade civil e meios de comunicação para garantir a utilização responsável dos recursos públicos e a integridade do sector público.

iv. Promover a descentralização sustentável e a participação do cidadão nas decisões locais, fortalecendo as capacidades locais para uma gestão mais eficiente e adequada às necessidades de cada região, visando a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento local.

v. Reforçar o Estado de Direito e a segurança jurídica, garantindo o cumprimento das leis e protecção dos direitos humanos, essenciais para o desenvolvimento sustentável e confiança dos investidores.

vi. Reforçar a segurança e a defesa do país, fortalecendo e modernizando as instiruições de segurança e defesa, da promoção da justiça e da luta contra a corrupção, crime organizado e violência.

vii. Fortalecer as parcerias com organizações internacionais, países doadores e de cooperação internacional para a implementação de programas e projectos de desenvolvimento, visando a captação de recursos financeiros e a transferência de conhecimentos e tecnologias.

viii. Estímular o diálogo e a parceria entre o governo, sector privado e a sociedade civil, para promover um ambiente colaborativo e facilitar a implementação de projectos e programas de desenvolvimento.

ix. Fortalecer os mecanismos de monitoria e avaliação das políticas públicas, para garantir o acompanhamento dos resultados e o ajuste das estratégias conforme as necessidades e desafios do país.

x. Incentivar a formação e capacitação contínua dos funcionários públicos, de forma a aprimorar suas habilidades técnicas e de gestão, contribuindo para um serviço público mais qualificado e eficiente.

Indicadores e Metas

vii. Indicador1: Estabilidade Politica e ausência de violência / terrorismo (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar os pontos da percepção da estabilidade política e ausência de violência/terrorismo de 11,3 para 51,9.

viii. Indicador2: Voz e responsabilidade, (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar a percepção Voz e responsabilidade de 31,4 pontos para 57,8 pontos.

ix. Estado de Direito, (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar a percepção sobre o Estado de Direito de 15,9 pontos para 62,3 pontos.

x. Eficácia Governamental, (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar a percepção sobre a eficácia governamental do de 19 pontos para 46,5 pontos.

xi. Qualidade de Regulação, (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar a percepção sobre a qualidade de regulação de 24,5 pontos para 76,6 pontos.

xii. Controle da Corrupção, (pontos 0 à 100).

Meta: Aumentar a percepção sobre o controle da corrupção de 22,6 pontos para 51,5 pontos.

Programas prioritários:

Programa 4.1 - Soberania e integridade territorial: tem como objectivo garantir a unidade nacional, a segurança da população e dos recursos naturais, além de proteger e garantir a integridade territorial do país.

Este objectivo será alcançado através do fortalecimento das instituições de segurança, da melhoria da capacidade de defesa e protecção de fronteiras, da cooperação entre os serviços de segurança, da promoção da integração nacional e coesão social, bem como da promoção da educação e conscientização da população sobre a importância da soberania nacional.

Para além disso, o programa irá trabalhar para prevenir e combater ameaças internas e externas à integridade territorial, garantir a segurança cibernética e proteger os recursos naturais do país.

Programa 4.2 - Democracia e participatição: tem como principal objectivo fortalecer a democracia e a participação activa e efectiva da população na tomada de decisões políticas e no processo de desenvolvimento do país, promovendo a transparência, prestação de contas e a inclusão social. Ele busca a aprimorar as instituições democráticas e garantir a efectiva participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, para que a voz dos cidadãos seja ouvida e considerara na elaboração de políticas públicas.

O programa também visa garantir o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, fortalecendo a cultura democrática e o exercício da cidadania. Para isso serão implementadas diversas iniciativas, como a promoção da transparência e da prestação de contas, a criação de espaços de diálogo entre governo e a sociedade civil, a capacitação de lideres comunitários e a conscientização dos cidadãos sobre os seus direitos e deveres como agentes activos na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Programa 4.3 - Administração pública: tem como objectivo melhorar a eficiência, transparência e a qualidade dos serviços prestados pelo Estado, através do fortalecimento e modernização das instituições e práticas de gestão pública. Busca-se, assim, promover uma administração pública mais eficiente, ágil, responsável e orientada para resultados, capaz de responder aos desafios e demandas da sociedade de forma efectiva e transparente.

Para além disso, o programa busca, igualmente, valorizar o servidos público, capacitando-o e oferecendo condições adequadas para o desempenho de suas funções, com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados a população, no geral, e as empresas em particular.

Isso inclui acções como o fortalecimento das capacidades técnicas e de gestão dos servidores públicos, a melhoria dos sistemas de planificação, monitoria e avaliação de políticas e programas, a simplificação e digitalização dos serviços públicos, a promoção da ética e integridade na gestão pública, e a garantia da participação do cidadão na tomada de decisão e na monitoria da gestão pública.

Programa 4.4 - Ambiente de negócios: tem como objectivo criar um ambiente favorável ao empreendedorismo e ao desenvolvimento económico, reduzindo os obstáculos á actividade empresarial e promovendo a competitividade do sector

privado. Para isso, serão implementadas medidas de políticas que facilitem a criação, operação e expansão de empresas, promovam a concorrência saudável e reduzam a burocracia e a corrupção.

Dentre as acções, o programa inclui iniciativas como a simplificação de processos de registro e licenciamento de empresas, simplificação dos processos tributários e regulatórios, melhoria do acesso ao financiamento, a promoção da transparência e da responsabilidade fiscal, capacitação de empreeendedores e adpoção de politicas de incetivo ao investimento privado, protecção dos direitos de propriedade, promoção da inovação e da tecnologia.

Dessa forma, espera-se estimular o investimento e o crescimento económico, gerando empregos e reduzindo a pobreza.

Programa 4.5 – Cooperação: tem como objectivo fortalecer a parceria entre o governo e seus parceiros nacionais e internacionais, com foco no desenvolvimento socio-económico sustentável e inclusivo do país. Isso será alcançado através do apoio à implementação de políticas públicas e projectos proritários em áreas como melhoria da governação e da gestão pública, a prooção do crescimento e da diversificação da economia, a redução da pobreza, a protecção do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos e da paz, e o fortalecimento da cooperação regional e internacional.

Através deste programa, são estabelecidos acordos de cooperação em áreas de comércio, investimento, educação, saúde, ciência e tecologia, cultura e turismo visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O programa também visa fortalecer as capacidades institucionais e humanas dos parceiros de cooperação, bem como promover a transparência, responsabilidade e eficiência na gestão dos recuros públicos e privados. Bem como envolver acções conjuntas para enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a segurança alimentar, a pobreza e outras questòes relevantes para a comunidade internacional.

Pilar V. Ambiente e Economia Circular

O pilar de Ambiente e Economia Circular é essencial para garantir o desenvolvimento sustentável e a preservação sustentável dos recursos naturais do país. A estratégia busca equilibrar o crescimento económico e social com a protecção ambiental, promovendo a economia circular como um modelo de negócios que visa minimizar o despercício e maximizar o uso eficiente dos recursos naturais.

Este pilar tem como objectivo alcançar o desenvolvimento sustentável e promover a economia circular, conservando e protegendo os recursos naturais, mitigando os mpactos das mudanças climáticas e assegurando a qualidade ambiental para as gerações presentes e futuras, por meio de práticas responsáveis e sustentáveis, incluindo a adopção de princípios da economia circular.

Objectivos do Pilar:

i. Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, a conservação da biodiversidade e o avanço rumo a economia circular, incentivando a redução, reutilização e recilagem de materiais, assegurando o uso responsável dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

ii. Estimular a adopção de práticas sustentáveis nas indústrias e sectores produtivos, promovendo a eficiência energética, a redução do desperdício e o uso responsável dos recursos naturais.

iii. Fortalecer as capacidades técnicas e institucionais para a gestão ambiental e a promoção da economia circular, incentivando a participação do sector público, privado e da sociedade civil.

iv. Promover a resiliência climática e a implementaçãode práticas adpatativas nos sectores-chave com ênfase na agricultura, florestas, energia e transportes, para enfrentar de forma eficaz as mudanças climáticas e a sustentabilidade ambiental.

v. Promover o investimento em tecnologias limpas e sustentáveis, visando a redução das emissões de gases de efeito estufa e a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

vi. Promover a educação ambiental e conscientização pública, engajando a sociedade civil, empresas e instituições para adopção de prática sustentáveis, destacando a importância da economia circular e a

necessidade de mudança de comportamento em relação ao meio ambiente.

vii. Fomentar parcerias e cooperação internacional para o intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e boas práticas em economia circular e gestão sustentável dos recursos naturais.

viii. Monitorar e avaliar regularmente os progressos e resultados das acções implementadas, visando o aprimoramento contínuo das práticas de desenvolvimento sustentável.

Indicadores e Metas

1. Qualidade de ar, (pontos 0 à 100).

   Meta: aumentar pontuação na qualidade de ar de 37,9 pontos para 60,5 pontos.

2. Água e Saneamento, (pontos à 100).

   Meta: aumentar a pontuação na água e sanemanto de 16,6 pontos para 55,8 pontos.

3. Metais Pesados, (pontos 0 à 100).

   Meta: aumentar a pontuação em relação aos metais pesados de 23,3 pontos para 46,3 pontos.

4. Biodiversidade e Habitat, (pontos 0 à 100).

   Meta: aumentar a pontuação relativa Biodiversidade e habitat de 53,7 pontos para 73,9 pontos.

5. Florestas, (pontos de 0 à 100).

   Meta: Aumentar a pontuação sobre florestas de 10.2 pontos para 51,1 pontos.

6. Recusos pesqueiros, (pontos de 0 à 100).

   Meta: aumentar a pontuação relatva aos recursos pesqueiros de 57,1 pontos para 76,2 pontos.

7. Clima e energia, (pontos de 0 à 100).

   Meta: Aumentar a pontuação de clima e energia de 34,8 pontos para 69,7 pontos.

8. Emissões de poluição, (pontos de 0 à 100).

   Meta: aumentar a pontuação sobre emissões de poluição de 54,1 pontos para 72,2 pontos.

9. Recursos hídricos, (pontos de 0 à 100).

   Meta: aumentar a pontuação sobre os recursos hídricos de 20 pontos para 43,3 pontos.

10. Agricultura, (pontos 0 à 100).

    Meta: Aumentar a pontuação sobre a agricultura de 30,4 pontos para 60,9 pontos.

11. Índice de Desempenho Ambiental, (pontos de 0 à 100).

Meta: elevar o índice de desempenho ambiental de 30,7 pontos para 61 pontos.

- Proporção de energias renováveis no mix energético: aumento de x% para y%.
- Proporção de resíduos sólidos tratados e dispostos adequadamente, aumento na proporção de x% para Y%
- Produção de materiais reciclados:
- Participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, em %: aumentado de 0 para 35.
- Nível de consciência e educação ambiental da população: aumento de x% para y%.
- Investimentos em iniciativas de adaptação às mudanças climáticas.

Programas prioritários:

Programa 5.1 - Planeamento e ordenamento territorial: tem como objectivo principal garantir o uso sustentável e eficiente do território nacional, conciliando as actividades económicas e sociais com a protecção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida da população, para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país.

O programa basear-se-á em estudos técnicos e ciêntificos, que levem em consideração as particularidades geográficas, socioeconómicas e culturais de cada região do país, bem como a dinâmica de oucupação e uso do solo. E, estabelecerá políticas e diretrizes para a gestão territorial, como a definição de áreas prioritárias para a conservação ambiental, preservação de recursos hídricos, áreas urbanas e rurais, áreas agrárias, entre outras.

Para implementar este programa haverá o envolvimento os actores relevantes, que inclui as autoridades locais, a sociedade civil, as comunidades locais, o sector privado e as instituições académicas. Igualmente, garatirá a participação efectiva e o diálogo com as comunidades locais e os grupos vulneráveis, para garantir a inclusão de suas necessidades no programa. O programa será acompanhado por um mecanismo de monitoria e avaliação, para avaliar o seu impacto e ajustar as acções necessárias para a sua contínuidade.

Serão estabelecidos objectivos específicos, metas e indicadores para avaliar o desempenho do programa de planeamento e ordenamento territorial.

Programa 5.2 – Ambiente: tem como objectivo garantir a protecção e a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Para o seu alcance

serão implementadas conjunto de medidas que visam a gestão adequada de recursos naturais, a redução da poluição e aumento da resiliência às mudanças climáticas, por meio de desenvolvimento de políticas e estratégias.

O programa visa promover a educação e sensibilização ambiental para a população, bem como aumentar a participação do sector privado e da sociedade civil em iniciativas ambientais. E, será dada atenção especial ao planeamento e ordenamento territorial, com adopção de medidas que promovam o uso sustentável do solo e a preservação das áreas de conservação ambiental.

Serão estabelecidos objectivos específicos, metas e indicadores para avaliar o desempenho do programa de ambiente.

Programa 5.3 - Economia Circular: tem como objectivo promover um modelo económico mais sustentável e inclusivo, baseado na redução, reutilização e reciclagem de materiais, visando minimizar o impacto ambiental e maximizar a eficiência no uso de recursos naturais. Para alcançar esse objectivo o programa visa estabelecer parcerias estratégicas com empresas, instituições e a sociedade civil para implementar iniciativas que permitam aumentar a produção e uso de materiais reciclados, reduzir a geração de resíduos sólidos e aumentar a proporção de resíduos sólidos tratados e dispostos adequadamente.

O programa também pretende promover a adopção de práticas sustentáveis na produção agrária, incentivar a participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, e aumentar a consciência e educação ambiental na população em geral. Igualmente, irá trabalhar em estreita colaboração com outras iniciativas relacionadas ao ambiente e desenvolvimento sustentável, incluindo a gestão sustentável dos recursos naturais, protecção ambiental e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

VI. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO

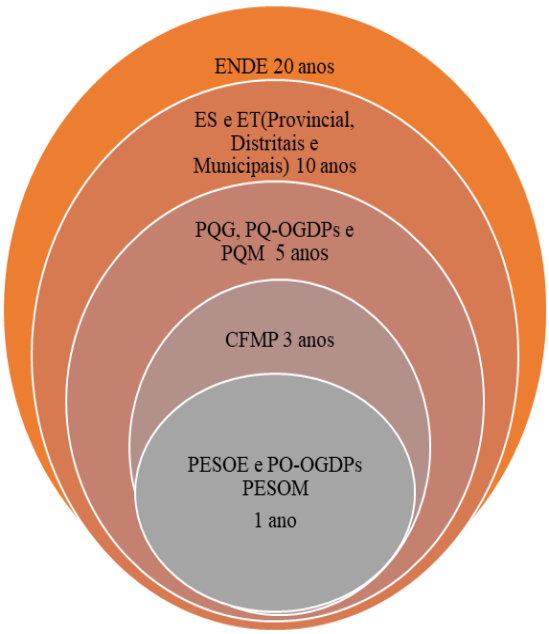
4.1 Operacionalização

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planificação e orçamentação a longo prazo que tem como objectivo orientar o desenvolvimeno nacional através do alinhamento com os outros instrumentos de planificação.

Para garantir a efectiva implementação da ENDE, será criada uma carteira de programas nacional que reflita os programas prioritários definidos na estratégia, para que haja uma articulação clara e consistente com os outros instrumentos de planificação e orçamentação. Através dessa carteira, serão estabelecidas as directrizes para a elaboração das estratégias sectoriais e territoriais, do Programa e Plano Quinquenal, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e social e Orçamento do Estado, entre outros que poderão surgir.

Dessa forma, a carteira de programas nacional servirá como uma referência para a elaboração dos demais instrumentos de planificação e garantirá a coerência e o alinhamento de todas as directrizes e objectivos estabelecidos na ENDE. Conforme ilustra a figura abaixo, a articulação entre os principais instrumentos de planificação e orçamentação.

Gráfico 5: Articulação entre os principais Instrumentos de Planificação e orçamentação



i. Os Planos Estratégicos Sectoriais, Territoriais e Mununcipais definem os objectivos, as acções, os produtos e os resultados para o desenvolvimento nacional (no âmbito da responsabilidade sectorial) e dos territórios e dos munincipios para um horizonte temporal de 10 anos. Devendo alinhar a sua visão, missão, princípios, objectivos, pilares, indicadores de resultado e as metas sectoriais e territoriais ao estabelecido na Estratégia Nacional.

ii. O Programa e Planos Quinquenais definem as prioridades para o alcance do desenvolvimento Nacional, desenvolvimento do território e do munincipio, respectivamente, para um horizonte temporal de 5 anos. E devem estar alinhados à carteira de programas nacional criada para operacionalizar os objectivos e os pilares da Estratégia Nacional.

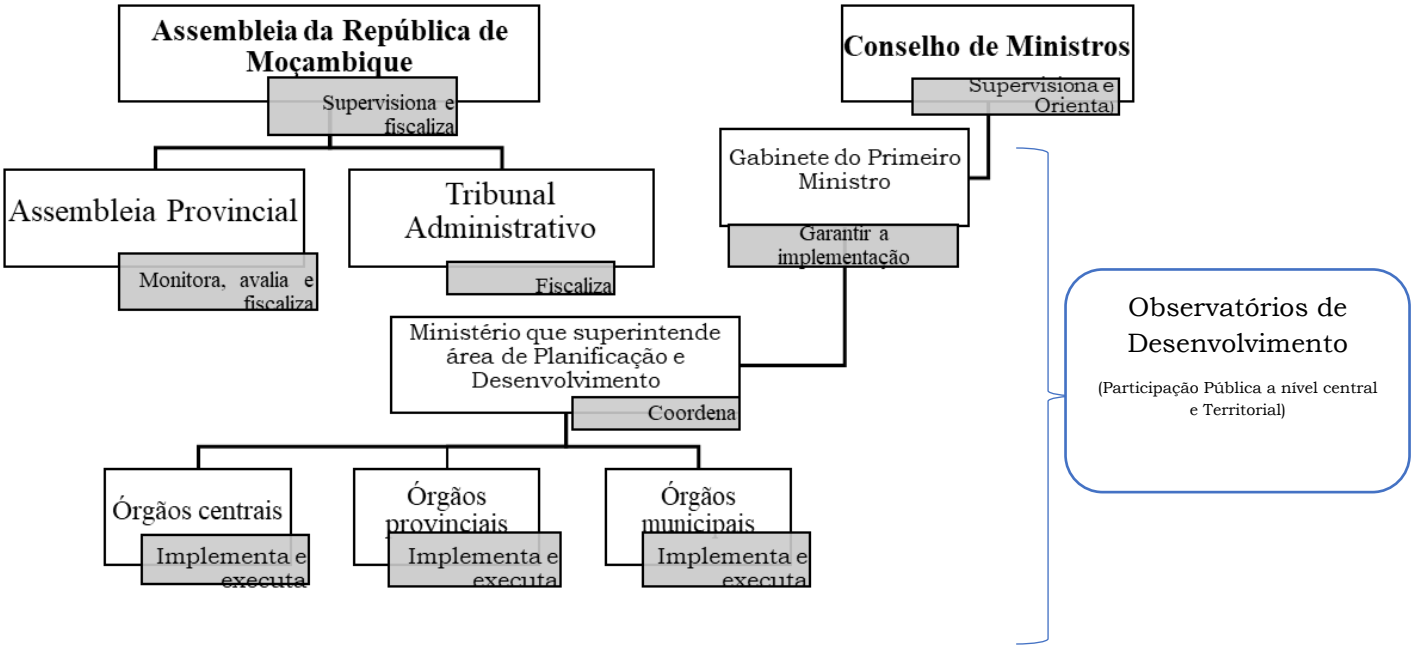
iii. O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) define o quadro macroeconómico e fiscal do país, para um perído de 3 anos e estabelece as metas fiscais para a materialização do Programa e Planos Quinquenais e dos planos Estratégicos sectoriais, territoriais e munincipais alinhados à carteira de programas nacional que operacionaliza a ENDE.

iv. O Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE), Plano e Orçamento dos Órgãos de Governação Descentralizada Provincial e o Plano Económico e Social e Orçamento Municipal definem os principais objectivos económicos e sociais e de política financeira do Estado para o nível nacional, territorial e munincipal respectivamente, para o perído de 1 ano. Devem tomar como base a carteira de programas nacional, identificando a previsão das as acções e os recursos necessários para a implementação do Programa e dos Planos.

4.2 Órgãos e Responsabilidades

Para viabilizar a implementação com sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, é necessário assegurar o fortalecimento das estruturas de implementação, coordenação, supervisão e gestão, prestação de contas, monitoria e avaliação a todos níveis (central, provincial e distrital).

Gráfico 6: Orgãos e responsabilidades



i. **Conselho de Ministros**, coordenado pelo Presidente da República, tem o papel de supervisionar e monitorar a implementação da ENDE, garantido que as políticas e acções implementadas estejam alinhadas aos objectivos estabelecidos na ENDE. Igualmente, caberá ao Conselho de Ministros a aprovação dos instrumentos de curto, médio e longo prazo necessários para a implementação da ENDE. Este órgão se reunirá a cada três meses, para avaliar o progresso, mediante os relatórios periódicos submetidos pelo lider e coordenador da implementação efectiva da ENDE, e efectuar os ajustes e actualizações a estratégia conforme necessário.

ii. **Gabinete do Primeiro-Ministro,** Compete a este órgão garantir a articulação entre as diferentes entidades envolvidas, incluindo ministérios, sector privado, sociedade civil e parceiros de cooperação internacional. Manter o diálogo e a comunicação com os diferentes sectores envolvidos, incluindo o sector privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. No âmbito das suas funções,

incumbe igualmente, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, a convocação do Observatório de Desenvolvimento Nacional. E, reportará sobre os progressos e estágio da implementação da ENDE ao Consellho de Ministros.

iii. **O Ministério que superintende área de Planificação e Finanças**, responsável pela coordenação e implementação da ENDE. Tem o papel de garantir a implementação efectiva da estratégia, através da coordenação interministerial da implementação da estratégia e garantir que as políticas e ações propostas estejam alinhadas com as metas e objetivos da ENDE. Igualmente, desempenhará o papel de mobilização de recursos financeiros para apoiar a implementação da estratégia, através da elaboração de orçamentos e da procura de financiamento externo ou parcerias público-privadas. E, deve estar sempre atento às ações em curso e às novas necessidades que possam surgir ao longo do tempo, adaptando sua atuação conforme necessário. Reporta sobre o processo, progresso e estágio da implementação da ENDE ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

iv. **Os órgãos centrais (áreas Ministérias), órgãos provinciais [Órgão de Representação do Estado Provincial (OREP) e Órgão de Governação Descentralizada Provincial (OGDP)] e órgãos munincipais**, presididos pelos responsáveis máximos, são responsáveis pela implementação e execução técnica das orientações previstas na ENDE, prestação de contas e fornecimento de informações sobre o nível de execução e das metas alcançadas periodicamente (trimestralmente, semestralmente, anualmente, quinquenalmente, balanço de meio-termo e balanço final). Seu papel inclui a identificação de oportunidades e desafios em suas áreas de actuação e propor iniciativas que promovam o desenvolvimento económico e social sustentável do país, alinhadas aos objectivos da estratégia. São também responsáveis pela monitoria e avaliação regular do progresso da implementação de suas iniciativas e por reportar ao coordenador da ENDE. Igualmente, devem estar envolvidos em parcerias público-privadas, investimentos e outras formas de cooperação para alcançar os objectivo da estratégia nacional.

v. **Forúm de Observatório de Desenvolvimento** é o mecanismo de participação para diálogo e convergência de ideias enre as partes

interessadas no processo de desenvolvimento nacional, incuindo representantes do governo, sector privado, parceiros nacionais e internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil. O fórum tem como objectivo identificar oportunidade e desfios em áreas de actuação e propor iniciativas alinhadas aos objectivos da estratégia. Para além de monitorar e avaliar regularmente o progresso de implementação de iniciativas e reporta ao supervisor da ENDE. É convocado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro e a sua periodicidade de realização será trimestralmente e/ou dependerá das necessidades da estratégia e do seu ritmo de implementação.

vi. **Assembleia da República**, é responsável pela supervisão e fiscalização na implementação da ENDE, garantindo que a ENDE esteja alinhada aos interesses nacionais e que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz para promover o desenvolvimento económico e social do país, especialmente no que diz respeito à execução do orçamento nacional e à avaliação das politicas públicas implementadas pelo governo.

vii. **Assembleia Provincial**, é responsável por monitorar, avaliar e fiscalizar a implementação da ENDE em nível provincial e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados salvaguardando os interesses da população na província, em suporte à Assembleia da República, segundo o princípio da subsidiariedade.

viii. **Assembleia Munincipal**, É responsável por fiscalizar, monitorar e avaliar a implementação da ENDE ao nível do município e garantir que as metas e os objectivos da ENDE estejam a ser alcançados salvaguardando os interesses da população no município, em suporte à Assembleia da província, segundo o princípio da subsidiariedade.

ix. **Tribunal Administrativo**, será o orgão de fiscalização, responsável pelo controle da implementação e execução dos instrumentos de operacionalização de curto, médio e longo prazo da ENDE, visando garantir o alcance das metas estabelecidas na estratégia. Igualmente, garantir a transparência e a legalidade na execução das acções previstas na ENDE.

4.3 Financiamento ao desenvolvimento

O objectivo do financiamento é reunir diversas fontes de recursos, tanto convecionais quanto inovadoras, para sustentar o desenvolvimento nacional. O Governo utilizará meios para mobilizar recursos como receitas fiscais e não fiscais, receitas da exploração de recursos naturais, Parcerias Público-Privadas, empréstimos e subvenções concessionais, para além de empréstimos provenientes de mercados nacionais e internacionais.

i. Na Gestão de Despesas, será enfatizada a melhoria dos esforços para aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis. Para tal serão implementadas medidas que visam aprimorar tanto a eficiência operacional como alocativa. Serão identificadas as áreas que demandam mais recursos e as que precisam ser mais eficientes na utilizaçào dos recuros disponíveis. Serão estabelecidos os processos de monitoria e avaliação para garantir que os recursos estejam a ser utilizados de maneira mais eficiente possível. Com isso, espera-se maximizar o uso dos recuros financeiros e garantir que as despesas estejam alinhadas com as prioridades da Estratégia Nacional de Desenvolvimento.

ii. Na Geração de Receitas, serão adoptadas medidas que visam implementar reformas tributárias, com o objectivo de facilitar o aumento da cobrança de impodtos, ao mesmo tempo, reduzir as distorções no mercado e promover maior eficiência económica. Serão identificadas as áreas que apresentam oportunidades para aumentar a arrecadação de impostos e implementadas medidas para melhorar a fiscalização e o controle tributário. Igualmente, serão realizados estudos para identificar possíveis mudanças na legislação tributária que possam contribuir para o aumento da arrecadação sem prejudicar o desenvolvimento económico do país. Contudo, espera-se gerar mais receita para o país e garantir que os recurosos estejam a ser utilizados de forma eficiente e eficaz em prol do desenvolvimento nacional.

iii. Nas opções de Financiamento, serão empreendidos esforços coordenados para criar novas fontes de financiamento e buscar alternativas para desenvolver o financiamento. O objectivo é reduzir o perfil de risco do país e aumentar a disponibilidade de recursos financeiros para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Serão exploradas opções de financiamento convencionais e inovadoras, incluindo receitas fiscais e não fiscais, receitas provenientes de exploração dos recursos naturais, receitas derivadas de parceria público-

privadas, empréstimos e subvenções concessionais e empréstimos provenientes de mercados nacionais e internacionais. Serão implementadas medidas para mitigar os riscos associados às fontes de financiamento e para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

iv. No estabelecimento de parcerias com a comunidade de desenvolvimento e parceiros de cooperação, buscar-se-á estebelecer parcerias mais efectivas visando mobilizar recursos internacionais e angariar fundos necessários à realização de projectos de longo prazo vistos como essenciais ao desenvolvimento nacional. O governo trabalhará em conjunto com os parceiros internacionais para identificar e implementar projectos que sejam relevantes para as prioridades da ENDE. Serão exploradas oportunidades para a obtenção de financiamento de doadores internacionais, bancos multilaterais e agências de desenvolvimento. Será dada atenção especial a transparência e prestação de contas na utilização desses recursos. Com isso, espera-se garantir que os projectos de longo prazo alcancem o sucesso desejado e contribuam para o desenvolvimento nacional. Igualmente, o governo buscará fortalecer a cooperação sul-sul e promover o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias entre países em desenvolvimento. Com essas parcerias, espera-se alcançar objectivos de desenvolvimento sustentável a longo prazo e melhorar a qualidade de vida da população.

v. As receitas do petróleo e do gás serão usadas para financiar os grandes projectos de desenvolvimento de infra-estruturas para aumentar a competitividade do país, de forma sustentável e inclusiva pautando pela protecção dos direitos humanos e pelo ambiente.

vi. Será prestada grande atenção à auditoria das despesas efectuadas pelas companhias petrolíferas internacionais antecipadamente em nome da empresa nacional de hidrocarbonetos moçambicana (*"carried on"*) de forma a optimizar o valor dos *royalties* em benefício de Moçambique. Deste modo, será estabelecida a obrigatoriedade da auditoria das empresas internacionais através da implementação de leis e regulamentos que exigem que todas as empresas do sector de petróleo e gás a operar no país forneçam relatórios detalhados sobre as despesas realizadas e que sejam auditadas regularmente por empresas independentes autorizadas pelo governo para verificar a ver veracidade desses mesmos relatórios.

4.4 Monitoria e Avaliação

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento prevê a realização de monitoria e avaliação constante para acompanhar o progresso da implementação e por forma a medir o impacto das acções através de indicadores e metas de resultado. Este exercício permitirá fornecer informaçòes relevantes sobre a implementação da ENDE, identificar obstáculos e efectuar ajustes necessários para garantir o sucesso da estratégia.

Para garantir a efectividade da monitoria e avaliação, serão utilizados os instrumentos do Subsistema de Monitoria e Avaliação do SISTAFE, bem como os relatórios do Instítuto Nacional de Estatística. A monitoria e avaliação serão realizadas à nível nacional, provincial, distrital, autárquico e escalões inferiores da administração pública, com na matriz de indicadores de desenvolvimento naional. As realizações serão acompanhadas a nível de resultados e impacto, no curto, médio e longo prazo.

Em termos de periodicidade de monitoria e avaliação prevê-se realizar:

i. Anualmente através do Balanço de Execução e de Implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado;

ii. Avaliação intercalar de cinco (5) em cinco anos, com o objectivo de verificar até que ponto os principais objectivos e metas estão a ser alcançados com sucesso e efectuar os ajustes necessários;

iii. Avaliação no final do período da implementação da estratégia, com a finalidade de avaliar o sucesso dos objectivos e metas, tal como foram estabelecidos na ENDE.

A monitoria e avaliação será efectuada através da matriz de indicadores de desenvolvimento nacional que reflete os resultados para o alcance da visão e os objectivos da ENDE, subdivididos por pilares, nas suas dimensões nacional e internacional. Esses indicadores são reportados pelo instítuto Nacional de Estatísticas e pelas instituições e agências internacionais. No entanto, serão identificados outros indicadores (produto) sujeitos a metas específicas definidas pelos órgão de implementação alinhados aos indicadores principais da matriz de desenvolvimento nacional, com a finalidade de acompanhar a análise do processo e progresso do desenvolvimento nacional.

VII. MATRIZ DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL (2023-2043)

PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

OBJECTIVO PRINCIPAL	INDICADORES	Definição do Indica/dor	Periodo de Referência	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Elevar a capacidade produtiva, produtividade e a competitividade da economia nacional	Taxa de Crescimento médio anual do PIB real (%) incluindo GNL			4.1	7.4	Programa 1.1 - Estabilidade Macroeconómica. Programa 1.2 - Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade Programa 1.3 - Investigação científica, tecnologia e inovação
	Taxa de Crescimento médio anual do PIB real (%) excluindo GNL			4.1	6.5	
	Crescimento annual do PIB per capita (USD)			557.3	3178	
	Importações em % do PIB incluindo mega projectos			60.1	41.3	
	Importações em % do PIB excluindo mega projectos			31.1	39	
	Exportações em % do PIB incluindo mega projectos			33.6	42.5	
	Exportações em % do PIB excluindo mega projectos			8.2	16	
	Taxa de desemprego (%)			17.5	<5.1	
	Balança comercial (em % do PIB)) incluindo megaprojectos			(-26.5)	1.2	
	Balança comercial (em % do PIB)) excluindo megaprojectos			(-32.2)	(-23)	
	Saldo Orçamental (% do PIB)					
	Saldo Primário sem GNL em % do PIB			-3.4	<3	
	Peso sectorial na economia em % do PIB					
	• Primário			30.5	26.9	
	• Secundário			12.1	19.5	
	○ dq. Industria Transformadora			7.7	11.39	
	• Terciário			45.5	58.6	
	Produtividade Laboral Média por sector da economia (USD)					
	• Primário			357	787	
	• Secundário			2862	13158	
	• Terciário			1895	1325	
	Competitividade Global (pontos 0 à 7)			3.23	4.43	
	Despesas em pesquisa e desenvolvimento em			0.33	4.43	

OBJECTIVO PRINCIPAL	INDICADORES	Definição do Indica/dor	Periodo de Referência	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
	% do PIB					
	Grau de Facilidade de fazer Negócios			55	65.6	
	Volume de remessas (em dólares americanos) em percentagem do PIB total			11.2	32.9	
	Investimento directo estrangeiro (IDE), em percentagem do PIB			33.6	78.6	
	Ajuda pública ao desenvolvimento em percentagem do orçamento nacional tota			11.2	42.6	
	Pesquisadores (valor equivalente a tempo inteiro) por milhão de habitantes			52.3	75	

PILAR II TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA

OBJECTIVO PRINCIPAL	INDICADORES	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Melhorar as condições de vida e o bem-estar da população	Taxa de crescimento da população (%)	2.5	1.3	Programa 2.1 – População e Capital Humano. Programa 2.2 - Emprego, empreendedorismo e auto-emprego. Programa 2.3 - Protecção, assistência e inclusão social. Programa 2.4 - Juventude, Cultura e Desporto. Programa 2.5 – Genéro
	Anos médios de escolaridade	4.5	6.5	
	Taxa de analfabetismo	39.9	14.4	
	Expectativa de Vida da população	55.7	69.2	
	Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	66.2	35	
	Prevalência de desnutrição crónica em crianças abaixo de 5 anos	38	10.4	
	Proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza nacional	68.2	35.8	
	Incidência da Pobreza Multidimensional %	53	28	
	Desigualdades de renda (coeficiente do GINI)	0.5	0.3	
	Despesa do governo em programas de Protecção social (% PIB)	0.5	<0.5	
	Taxa de auto-emprego	0.6	2.5	
	Taxa de empregabilidade dos graduados da educação profissional	47	64.6	
	Taxa de emprego	74	90.7	
	Taxa de participação das mulheres na PEA	77.4	80.6	
	Proporção de assentos ocupados por mulheres na Assembleia da República	39.2	53.5	
	Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos Governos locais (assembleias Municipais)	37.6	51.8	
	Índice de Desenvolvimento do Género (IDG)	0.445	5	

PILAR III INFRAESTRUTURAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

OBJECTIVO PRINCIPAL	INDICADORES	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Desenvolver infraestruturas modernas, sustentáveis e resilientes				Programa 3.1 - Infraestruturas económicas. Programa 3.2 - Infraestruturas sociais. Programa 3.3 - Infra-estruturas de Administração. Programa 3.4 - Infraestruturas ambientais. Programa 3.5 – Infraestruturas e Ordenamento Territorial.
	Terra irrigada em % de terra cultivada			
	Trafego de Mercadorias em Tonelada por Km	19.8	48.8	
	Manuseamento portuário em Toneladas métricas	48227	62236	
	Produção de energia elétrica em GWh	18462.9	30001	
	Taxa de ecolarizacão primária			
	Rácio unidades de atendimento por habitante em média nacional	4.03		
	Rácio Consulta por habitante em média nacional	0.97		
	Acesso a água potável em %	56.8	80.8	
	Acesso ao saneamento básico %	27	60	
	Acesso a energia elétrica em %	32.1	69.5	
	Transporte de passageiros em PKm	54402	72409	

PILAR IV GOVERNAÇÃO

OBJECTIVO PRINCIPAL	INDICADOR	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIOS
Fortalecer a Governação para promover o desenvolvimento economico e social e inclusivo	Estabilidade Politica e ausência de violência / terrorismo, (pontos 0 à 100)	11.3	51.9	Programa 4.1 - Soberania e integridade territorial. Programa 4.2 - Democracia e participatição. Programa 4.3 - Administração pública. Programa 4.4 - Ambiente de negócios. Programa 4.5 – Cooperação.
	Voz e Responsabilização ,(pontos 0 à 100)	31.4	57.8	
	Eficácia do governo, (pontos 0 à 100)	19	46.5	
	Estado de direito, (pontos 0 à 100)	15.9	62.3	
	Qualidade de regulação, (pontos 0 à 100)	24.5	76.6	
	Controle da Corrupção, (pontos 0 à 100)	22.6	51.5	

PILAR V AMBIENTE E ECONOMIA CIRCULAR

OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	BASE	META 2043	PROGRAMAS PRIORITÁRIAS
Promover a gestão sustentável dos recursos naturais, mitigar impactos ambietais, adaptar-se às mudanças climáticas, aprimorar a gestão dos resíduos e impulsionar a economia circular	Qualidade de ar, (pontos 0 à 100)	37.9	60.5	Programa 5.1 - Planeamento e ordenamento territorial. Programa 5.2 – Ambiente. Programa 5.3 - Economia Circular.
	Água e Saneamento, (pontos à 100)	16.6	55.8	
	Metais Pesados, (pontos 0 à 100)	23.3	46.3	
	Biodiversidade e Habitat, (pontos 0 à 100)	53.7	73.9	
	Florestas, (pontos de 0 à 100)	10.2	51.1	
	Recusos pesqueiros, (pontos de 0 à 100)	57.1	76.2	
	Clima e energia, (pontos de 0 à 100),	34.8	69.7	
	Emissões de poluição, (pontos de 0 à 100)	54.1	72.2	
	Recursos hídricos, (pontos de 0 à 100)	20	43.3	
	Agricultura, (pontos 0 à 100)	30.4	60.9	
	Índice de Desempenho Ambiental, (pontos de 0 à 100)	30.7	61	
	Proporção de energias renováveis no mix energético			
	Proporção de resíduos sólidos tratados e dispostos adequadamente, aumento na proporção de x% para Y%			
	Produção de materiais reciclados:			
	Participação de empresas e instituições em programas de economia circular e sustentabilidade, em %	0	35	
	Nível de consciência e educação ambiental da população			
	Investimentos em iniciativas de adaptação às mudanças climáticas			

ANEXO 4. RESULTADOS DO CENÁRIOS

Resultados do Cenário Base

Taxas médias anuais de crescimento económico, população e PIB per capita

Crescimento	2023	2028	2033	2038	2043	Média de 20 anos
Taxa de crescimento incl. GNL	7.5	7.4	4.8	5.5	5.6	5.8
PIB Per Capita incl. GNL	699.8	791.2	1,007.8	1,178.2	1,431.7	1,102.2
Taxa de crescimento s/ GNL	3.9	4.0	5.4	5.9	6.1	5.4
PIB Per Capita s/GNL	665.2	695.5	854.9	1,008.0	1,274.5	958.3
População 10^6	32.4	34.98	39.50	44.19	48.69	41.8
Taxa de crescimento da População %	2.5%	2.5%	2.3%	2.1%	1.7%	2.2%

Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	2023	2028	2033	2038	2043	Média de 20 anos
Primário incl. GNL	**17.0**	**15.5**	**5.0**	**5.3**	**4.6**	**5.5**
Primário s/ GNL	6.0	5.4	6.8	6.3	6.1	5.5
Agricultura	4.7	5.2	5.9	5.2	5.1	5.5
Pescas	2.5	2.8	3.1	3.1	3.0	5.5
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	10.8	8.3	11.5	10.7	10.4	5.6
Industria Extractiva GNL	49.9	45.8	-0.6	2.0	0.1	5.6
Secundário	**2.5**	**3.0**	**5.1**	**6.5**	**7.0**	**5.4**
Industria Transformadora	1.8	1.6	4.6	8.0	8.9	5.8
Electricidade Gaz e Água	3.0	4.3	5.7	6.0	6.2	5.5
Construção	2.8	3.0	5.0	5.4	5.8	4.8
Terciários	**3.0**	**3.6**	**4.4**	**4.9**	**5.2**	**4.5**
dq. serviços não administrativos	**3.2**	**2.9**	**4.1**	**4.9**	**5.4**	**4.3**
Comércio e Serv. Reparação	3.4	3.0	4.8	5.4	6.6	4.9
Hoteis e Restaurantes	3.3	2.3	3.4	4.8	4.9	3.9
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	3.5	4.2	5.2	5.3	5.4	5.0

Serviços Financeiros	3.5	3.4	4.3	5.2	6.0	4.7
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	2.4	1.6	2.8	3.7	4.2	3.1
Serviços Administrativos	**2.8**	**4.3**	**4.8**	**4.9**	**5.1**	**4.8**
Administração Publica	2.1	4.1	4.4	3.8	3.0	3.8
Educação	3.4	4.4	5.5	6.1	7.0	5.8
Saúde e Acção Social	2.3	5.7	6.2	6.6	6.8	6.3
Outros Serviços	3.3	3.9	4.8	5.7	6.5	5.2
Impostos sobre Produtos	3.0	3.2	2.8	2.5	2.2	2.7
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	**7.5**	**7.4**	**4.8**	**5.5**	**5.6**	**6.2**
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	**3.9**	**4.0**	**5.4**	**5.9**	**6.1**	**5.1**

Resultados do Cenário Optimista2

Taxas médias anuais de crescimentoceconómico, população e PIB per capita

Crescimento	**2023**	**2028**	**2033**	**2038**	**2043**	**Média de 20 anos**
Taxa de crescimento incl. GNL	7.4	8.8	11.0	13.5	17.5	12.7
PIB Per Capita incl. GNL	709.5	873.5	1,589.8	2,871.6	6,912.0	3,061.7
Taxa de crescimento s/ GNL	3.7	6.7	11.2	15.1	18.4	12.9
PIB Per Capita s/GNL	668.3	755.6	1,225.6	2,446.6	6,476.1	2,726.0
População 10^6	32.42	34.60	37.47	39.76	41.42	38.3
Taxa de crescimento da População %	2.5%	1.8%	1.4%	0.9%	0.5%	1.2%

Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	**2023**	**2028**	**2033**	**2038**	**2043**	**Média de 20 anos**
Primário incl. GNL	**17.0**	**19.3**	**14.5**	**10.5**	**10.2**	**13.6**
Primário s/ GNL	6.0	10.1	13.9	13.7	13.6	12.8
Agricultura	4.7	7.2	8.9	8.8	8.7	8.4
Pescas	2.5	3.5	4.4	4.5	4.4	4.2
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	10.8	19.8	28.4	27.7	27.6	25.9

Industria Extractiva GNL	49.9	47.0	16.2	0.9	0.1	16.0
Secundário	**2.2**	**3.3**	**3.6**	**5.5**	**6.4**	**4.7**
Industria Transformadora	1.8	5.0	12.8	23.1	27.0	17.0
Electricidade Gaz e Água	3.0	5.6	9.1	10.2	10.9	9.0
Construção	2.8	5.8	10.0	11.0	12.5	9.8
Terciários	**3.0**	**5.8**	**8.2**	**10.4**	**12.2**	**9.2**
dq. serviços não administrativos	**3.3**	**4.7**	**7.7**	**10.3**	**12.0**	**8.7**
Comércio e Serv. Reparação	3.4	5.6	9.6	12.0	14.7	10.5
Hoteis e Restaurantes	3.3	5.4	7.4	11.3	11.9	9.0
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	3.5	5.4	8.6	9.7	11.2	8.7
Serviços Financeiros	3.7	4.9	7.5	10.1	12.6	8.8
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	2.4	2.2	5.4	8.1	9.6	6.3
Serviços Administrativos	**2.8**	**7.0**	**8.8**	**10.5**	**12.4**	**9.7**
Administração Publica	2.1	9.3	10.6	10.8	10.9	10.4
Educação	3.4	8.0	12.0	16.0	21.1	14.3
Saúde e Acção Social	2.3	8.2	9.9	11.9	14.5	11.1
Outros Serviços	3.3	5.4	7.5	9.6	11.6	8.5
Impostos sobre Produtos	3.0	4.0	3.9	3.9	3.9	4.0
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	**7.4**	**8.8**	**11.0**	**13.5**	**17.5**	**12.7**
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	**3.7**	**6.7**	**11.2**	**15.1**	**18.4**	**12.9**

Resultados do Cenário Pessimista

Taxas médias anuais de crescimento, população e PIB per capita

Crescimento	**2023**	**2028**	**2033**	**2038**	**2043**	**Média de 20 anos**
Taxa de crescimento incl. GNL	7.4	4.4	3.4	3.8	4.0	3.9
PIB Per Capita incl. GNL	680.5	734.5	863.0	927.6	1,005.1	882.5

Taxa de crescimento s/ GNL	3.8	3.1	3.8	4.0	4.3	3.8
PIB Per Capita s/GNL	659.4	680.7	777.3	825.2	921.7	801.2
População 10^6	32.4	34.98	39.82	45.76	53.39	43.49
Taxa de crescimento da população %	2.5%	2.5%	2.7%	3.0%	3.4%	2.9%

Taxa de crescimento média anual do volume por sector da economia

Sector	**2023**	**2028**	**2033**	**2038**	**2043**	**Média de 20 anos**
Primário incl. GNL	**17.0**	**13.7**	**4.1**	**4.4**	**3.9**	**6.5**
Primário s/ GNL	6.0	4.5	5.4	5.1	5.1	5.0
Agricultura	4.7	4.8	5.1	4.8	4.8	4.9
Pescas	2.5	2.6	2.8	2.7	2.7	2.7
Ind. Extraç. Mineira (excl. GNL)	10.9	6.0	8.1	7.8	7.8	7.4
Industria Extractiva GNL	49.9	41.3	0.2	2.2	0.1	11.0
Secundário	**2.2**	**1.4**	**1.5**	**1.8**	**1.9**	**2.3**
Industria Transformadora	1.8	1.1	2.6	4.3	4.8	3.2
Electricidade Gaz e Água	3.0	3.3	4.1	4.3	4.5	4.0
Construção	2.8	2.2	3.0	3.1	3.2	2.9
Terciários	**3.0**	**2.8**	**3.2**	**3.5**	**3.7**	**3.3**
dq. serviços não administrativos	**3.2**	**2.4**	**3.1**	**3.5**	**3.8**	**3.2**
Comércio e Serv. Reparação	3.4	2.5	3.4	3.7	4.3	3.5
Hoteis e Restaurantes	3.3	0.9	1.6	2.4	2.5	1.9
Transportes, Armazenagem e Inform. e Com.	3.5	3.9	4.5	4.6	4.7	4.4
Serviços Financeiros	3.5	3.0	3.5	3.9	4.4	3.7
Alug. Imo. Serv. Prest. Emp.	2.4	1.7	2.2	2.7	3.0	2.4
Serviços Administrativos	**2.8**	**3.2**	**3.4**	**3.5**	**3.6**	**3.4**
Administração Publica	2.1	1.8	2.1	2.0	1.9	2.0
Educação	3.4	2.9	3.3	3.8	4.7	3.7
Saúde e Acção Social	2.3	5.0	5.2	5.5	5.6	5.3
Outros Serviços	3.3	3.5	4.0	4.4	4.8	4.2
Impostos sobre Produtos	3.0	2.9	2.2	1.5	0.9	1.9
Taxa do crescimento PIB real incl. GNL	**7.4**	**4.4**	**3.4**	**3.8**	**4.0**	**3.9**
Taxa do crescimento PIB real s/ GNL	**3.8**	**3.1**	**3.8**	**4.0**	**4.3**	**3.8**

ANEXO 5. GLOSÁRIO

Auto-emprego- É a forma de trabalho ou de sobrevivência que um indivíduo encontra sem ter algum tipo de vínculo formal com uma organização, ou seja, trabalha por conta própria.

Coeficiente de GINI-È um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Desnutrição crónica- È uma manisfestação física de uma desnutrição a longo termo que retarda o crescimento e desenvolvimento.

Dividendo Demográfico-È o benefício económico resultante de um aumento significativo no rácio de adultos em idade activa em relação aos dependentes jovens que é possível graças ao rápido declínio da fecundidade e da mortalidade, se essa mudança for acompanhada por investimentos sustentados nas áreas de educação, desenvolvimento de competências, saúde e criação de emprego.

Empreendedorismo- È a capacidade de identificar oportunidades e transformá-las em um negócio viável e lucrativo, por meio da criação, organização e gestão de uma empresa ou empreendimento.

Emprego-È uma actividade realizada com o objectivo de suprir as necessidades financeiras, ou seja, é produzir algo em troca de uma remuneração.

Expectativa de vida- È o número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalecentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo de sua vida.

Indice de Desenvolvimento do Genero (IDG)- È um índice projectado para medir a igualdade de gênero.

Indice Desenvolvimento Humano (IDH) - É um índice desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e integra uma média simples de três indicadores: a longevidade, medida pela esperança de vida à nascença; nível educacional, medido por combinação de alfabetização adulta (ponderação em dois terços) com a taxa de escolaridade conjunta do primário, secundário e superior (ponderação em um terço); e nível de vida, medido pelo Produto Interno Bruto real per capita. O índice é calculado dividindo a soma dos três indicadores por três.

População Economicamente Activa (PEA) - È o conjunto de pessoas de 15 anos ou mais que constituem a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços. Compreende as pessoas que trabalham e as que procuram activamente um emprego.

Pobreza Multidimensional- Refere-se á um conjunto de privações sofridas pelos indivíduos ou famílias como por exemplo não ter acesso à água potável, a uma habitação condigna, à educação, aos cuidados de saúde, saneamento adequado e bens duráveis.

Política de População- È o conjunto de medidas e acções realizadas pelo governo para influenciar (directa ou indirectamente) as variáveis demográficas, nomeadamente a fecundidade, mortalidade e migração, bem como outros aspectos da dinâmica da população,

tais como: crescimento, distribuição, composição, tamanho e estrutura da população. As políticas de população são geralmente adoptadas e implementadas como parte integrante das estratégias de desenvolvimento dos países.

Produto Interno Bruto- O total de bens e serviços para consumo final de uma economia, produzido por residentes e não-residentes, independentemente da sua afectação a factores produtivos nacionais ou estrageiros. Não inclui deduções para depreciação do capital físico ou esgotamento e degradação dos recursos naturais.

Taxa de crescimento populacional- È a taxa segundo a qual a população aumenta ou diminui num dado ano, como resultado do excedente ou défice de nascimento relativamente aos óbitos

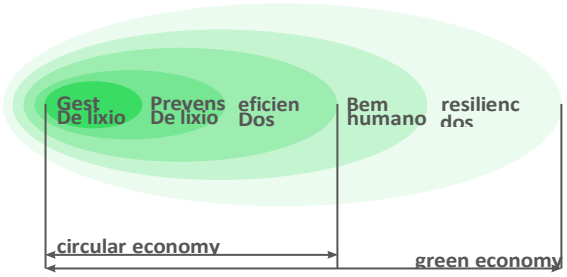
Taxa de Mortalidade Infantil- Número anual de óbitos de crianças menores de um ano por cada 1000 nados-vivos. Ou seja, a probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, vezes 1000.

Sector agrário: este sector compreende a agricultura, pecuária, sivicultura e pescas.

Capital Humano: O Capital Humano diz respeito aos factores que directamente influenciam na capacidade do Homem ter uma vida de qualidade, ser saudável, ser instruído e participar activamente na vida da comunidade. O Capital Humano refere-se aos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano que são a educação, a saúde e as outras condições básicas de vida.

Competitivo: é a capacidade do país participar nos mercados internacionais com sucesso e ao mesmo tempo aumentar o nível de vida dos seus cidadãos ou seja, ser capaz de suportar a concorrência imposta pela oferta de outros países no mercado internacional, vender os seus produtos e serviços de forma rentável e atrair investimento estrangeiro para o país, resultando num maior crescimento económico com potenciais benefícios para os cidadãos, sobretudo, através de aumento de oportunidades de emprego e da geração de rendimento.

Economia Circular - A Economia Circular é um modelo que gira principalmente em torno do processo produtivo e do indivíduo. Através do desenvolvimento tecnológico e da inovação, torna-se eficiente a utilização dos recursos disponíveis e promove-se a reutilização dos produtos finais através da sua reciclagem. Dessa forma, o objetivo é reduzir o desperdício.



Economia Verde - olha para o desenvolvimento de forma sustentável, incluindo na sua lógica o ambiente, o bem-estar social e a capacidade do ecossistema de ser resiliente ao stress causado pela intervenção humana.

Eficácia do Governo - Grau de satisfação dos utentes pelos serviços prestados pela administração pública.

Inclusivo: significa que o país, continuará a desenvolver medidas para integração de pessoas e regiões excluídas, vulneráveis e marginalizadas na sociedade, garantindo os seus direitos e oferecer oportunidades iguais.

Índice de Capital Humano: o ICH propõe uma estimativa da produtividade futura se as condições atuais persistirem. o ICH varia de 0 a 1.

Próspero: significa melhorar o nível e a qualidade de vida através de ganhos económicos, do progresso no desenvolvimento humano e social e da utilização sustentável da riqueza gerada pelo aproveitamento económico dos recursos naturais.

Seguro: significa que no país os episódios de violência, conflitos armados e crises políticas devem ser resolvidos e ultrapassados de modo que seja possível, em todo território nacional, viver-se em tranquilidade, mas também é fundamental para a economia porque somente um país seguro atrai turistas e investidores.

Sustentável: significa utilizar o capital natural que o país dispõe de forma racional e consciente, sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações futuras, isto é, proteger e preservar o meio ambiente de modo a: (i) utilizar os recursos naturais com responsabilidade, e (ii) garantir a regeneração natural dos sistemas naturais que fornecem os principais serviços para a manutenção da vida.

Cenário Fiscal de Médio Prazo – identifica as projecções de crescimento económico, a receita fiscal, o nível de fiscalidade, a despesa pública, os riscos fiscais e medidas de mitigação para a materialização do Programa Quinquenal.

Estrutura Demográfica – é a classificação da população em grupos determinados e segundo certos critérios, tais como etnia, idade e sexo e ocupação profissional.

Objectivos de desenvolvimento sustentável – são um apelo global a acção para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam disfrutar de paz e prosperidade.

Política fiscal – é o uso que o Governo faz dos seus gastos e receitas para influenciar a demanda doméstica e, portanto, o crescimento económico. A demanda agregada de uma economia é composta por: consumo das famílias, investimento, exportações líquidas (exportações menos importações) e pelos gastos do Governo.

Produtividade laboral – refere –se a produtividade do próprio trabalhador, pode ser definido como o volume de tarefas que um trabalhador pode realizar num determinado horário (numa hora ou num dia, por exemplo).

Índice de Desenvolvimento Humano – compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças.

Índice de performance ambiental – é o método para quantificar e classificar numericamente o desempenho ambiental das políticas de um País.

Transição demográfica - É um processo caracterizado pela mudança nos padrões de crescimento de uma população e influenciado especialmente pela natalidade e mortalidade.

Commodities – são produtos de origem agro-pecuária ou de extracção mineral, em estado bruto ou pequeno grau de industrialização, produzidos em larga escala e destinados ao comércio externo. Seus preços são determinados pela oferta e procura internacional da mercadoria.

Infra-estruturas resilientes – são aquelas capazes de resistir, absorver, acomodar ou se recuperar de impactos como desastres naturais de maneira rápida e eficiente, inclusive pela preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais.

Parcerias Públicos Privados – São contratos que determinam um vínculo entre o poder público e a iniciativa privada. Seu objectivo é implementar, total ou parcialmente, serviços, obras e actividades de interesse da população.